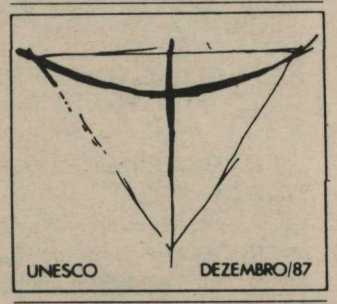
DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, segunda-feira, 29 de agosto de 1988

ANO XIII — Nº 164

BRASÍLIA



CAPITAL DE TODOS
PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE
NOVA REPÚBLICA/PRESIDENTE JOSÉ SARNEY
GOVERNO JOSÉ APARECIDO

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR 1
GABINETE CIVIL 8
SECRETARIA DO GOVERNO 8
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO . 8
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 8
SECRETARIA DE SAÚDE 9
SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS .. 9
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 10
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 10
TRIBUNAL DE CONTAS 10
ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS 14
EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES 19

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.219, DE 26 DE AGOSTO DE 1988

Substitui membro designado para compor Grupo Executivo criado pelo Decreto nº 11.119/88.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Art. 1º — Fica designado para compor o Grupo Executivo criado pelo Decreto nº 11.119, de 27 de maio de 1988, JOÃO AMADEU DE OLIVEIRA, matrícula nº 47.623-4, da Procuradoria Jurídica da Companhia de Água e Esgotos de Brasília-CAESB, como representante da Secretaria de Serviços Públicos, em substituição a MARIA DO ROSÁRIO DE CASTRO ROCHA ZVEITER.

Art. 2º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de agosto de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

DECRETO Nº 11.221, DE 26 DE AGOSTO DE 1988

Regulamenta e estrutura a Companhia de Guarda e Segurança do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, combinado com o disposto nos artigos 3º e 4º do Decreto nº 11.076, de 13 de abril de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 053.000.395/88,

DECRETA:

Art. 1º — A Companhia de Guarda e Segurança (CGS) do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, denominada historicamente "Companhia Moraes Antas", destina-se à realização de missões específicas de guarda e segurança em todos os locais em que a Corporação estiver empenhada

Art. 2º — A CGS subordina-se diretamente ao Comandante-Geral.

Art. 3º — A CGS possui a seguinte estrutura:

I — Comandante;
II — Subcomandante;
III — Seção Administrativa;
IV — Seção de Comando e Serviços;
V — Primeiro Pelotão de Guarda e Segurança;
VI — Segundo Pelotão de Guarda e Segurança;
VII — Terceiro Pelotão de Guarda e Segurança;
VIII — Pelotão de Operações Especiais.

Art. 4º — À CGS, além do disposto no artigo 2º do Decreto nº 11.076, de 13 de abril de 1988, compete:

I — controlar, quando determinada, o trânsito nas imediações dos Quartéis da Corporação ou em locais de solenidade em que a mesma participe;

II — compor as Guardas de Honra;

III — efetuar o serviço de escolta de militares da Corporação;

IV — controlar o ingresso e a circulação de estranhos nos Quartéis;

V — realizar, quando determinado, o serviço de patrulha isolado ou em conjunto com o pessoal das demais Corporações Militares;

VI — custodiar e administrar as praças presas pela Justiça Civil ou Militar;

VII — realizar missões específicas quando a Corporação for mobilizada para atuar na defesa interna.

Art. 5º — O efetivo da CGS será composto de:

Major	01
Capitão	01
Primeiro-Tenente	04
Segundo-Tenente	04
Subtenente	01
Primeiro-Sargento	05
Segundo-Sargento	08
Terceiro-Sargento	15
Cabo	23
Soldado de 1ª Classe	144

Parágrafo único — O efetivo da CGS é composto de pessoal das Organizações de Bombeiro-Militar.

Art. 6º — As substituições temporárias na CGS serão realizadas de conformidade com a legislação específica vigente.

Art. 7º — Compete ao Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal baixar o Regimento Interno da Companhia de Guarda e Segurança.

Art. 8º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de agosto de 1988
100º da República e 29º de Brasília

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, e o que consta do Processo nº 054.003.142/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, alínea **a**, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, regulamentado pelo artigo 38, alínea **a**, do Decreto nº 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 25 de agosto de 1988,

AO POSTO DE CAPITÃO PM
POR ANTIGUIDADE
O PRIMEIRO—TENENTE PM — ADRIANO ANTONIO MACIEL PINHEIRO.

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o

artigo 18, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979,e o que consta do Processo nº 054.003.142/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, alínea **b**, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, regulamentado pelo artigo 38, alínea **b**, do Decreto nº 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 25 de agosto de 1988,

AO POSTO DE MAJOR PM
POR MERECIMENTO
O CAPITAL PM — ARISMAR LIMA MELO

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,e tendo em vista o que dispõe o artigo 18, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979,e o que consta do Processo nº 054.003.142/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, alínea **b**, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, regulamentado pelo artigo 38, alínea **b**, do Decreto nº 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 25 de agosto de 1988,

AO POSTO DE MAJOR PM
POR ANTIGUIDADE
OS CAPITÃES PM — MANOEL DIÓGENES BESSA
ANTONIO QUEIROZ MONTE

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 18, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979,e o que consta do Processo nº 054.003.142/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, alínea **b**, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, regulamentado pelo artigo 38, alínea **c**, do Decreto nº 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 25 de agosto de 1988,

AO POSTO DE TENENTE-CORONEL PM
POR MERECIMENTO
O MAJOR PM — FRANCISCO CAVALCANTE NEVES NETO

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,e tendo em vista o que dispõe o artigo 18, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979,e o que consta do Processo nº 054.003.142/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, alínea **b**, da Lei nº 6.645, de 14 de maio de 1979, regulamentado pelo artigo 38, alínea **b**, do Decreto nº 6.791, de 04 de junho de 1982, a contar de 25 de agosto de 1988,

AO POSTO DE MAJOR PM
POR MERECIMENTO
O CAPITAL PM — NEY MONTEIRO GUIMARÃES

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960 e tendo em vista o que dispõe o artigo 13, do Decreto nº 8.459, de 15 de fevereiro de 1985,e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais BM de Administração do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o Parágrafo 1º, do artigo 12, do Decreto nº 8.459, de 15 de fevereiro de 1985, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE PRIMEIRO—TENENTE BM/Adm
POR ANTIGUIDADE
OS SEGUNDOS—TENENTES BM

LUIZ SILVA
JOÃO BATISTA DA ROCHA

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,e tendo em vista o que dispõe o artigo 13, do Decreto nº 8.459, de 15 de fevereiro de 1985,e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais BM de Administração do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o parágrafo 1º, do artigo 12, do Decreto nº 8.459, de 15 de fevereiro de 1985, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE SEGUNDO-TENENTE BM/Adm
POR MERECIMENTO
OS SUBTENENTES BM

ALFEU AUXILIADOR DE LIMA (AG)
JESULINDO GOMES DE CASTRO (AG)
ANTONIO DE BARROS FILHO (AG)
SEBASTIÃO PEREIRA DO CARMO
CLÊNIO COSTA VALÉRIO
LUPÉRCIO BATISTA XIMENES FILHO
JURANDIR JOSÉ DE CARVALHO (AG)
WALTERCIDES GOMES SANTANA

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,e tendo em vista o que dispõe o artigo 18, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975,e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com artigo 10, inciso II, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975 regulamentado pelo artigo 40, inciso III, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE TENENTE-CORONEL BM
POR MERECIMENTO
O MAJOR BM — ERALDO ÂNGELO DE OLIVEIRA

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,e tendo em vista o que dispõe o artigo 18, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975,e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso II, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso II, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

DF DIÁRIO OFICIAL

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor Responsável:
Wanderley Diniz

Editor:
Antonio Castelo Branco

Conselho Diretor:
Cezar Bado — Clemente Luz
e
Osvaldo Peralva

Telefones:

Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312
e 225-7055 — " 137

MATÉRIA PAGA:

Página Inteira.....Cz$ 61.200,00
Centímetro de Coluna.....Cz$ 510,00

AO POSTO DE MAJOR BM
POR MERECIMENTO
O CAPITÃO BM — ONOFRE MORISCO

Brasília-DF, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso II, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40 inciso II, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE MAJOR BM
POR ANTIGUIDADE
O CAPITÃO BM — DAVID LOURENÇO FERREIRA

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso II, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE MAJOR BM
POR MERECIMENTO
O CAPITÃO BM — FRANCISCO DE ASSIS COSTA PINTO

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso II, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso II, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE MAJOR BM
POR MERECIMENTO
O CAPITÃO BM — SEBASTIÃO AMORIM DA SILVA (AG)

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso I, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso I, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE CAPITÃO BM
POR ANTIGUIDADE
OS PRIMEIROS-TENENTES BM
SÉRGIO APOLÔNIO DA SILVA
MARCOS AMÓS RAYMOND PENNA
DJAIR RODRIGUES DE ANDRADE
PAULO ROBERTO FEREGUETI GÓES
EVALDO MARQUES RABELO
OSVALDO NUNES DE FREITAS
MILTON ANTONIO PADUAN
LUIZ ANTONIO VILELA LUSTOSA
JORGE FERREIRA DUARTE
LUCIANO TAVARES DE LACERDA
JÚLIO CÉSAR BARBOSA
ELIESER SEBASTIÃO LEÔNCIO DA SILVA
JOSUÉ ANTÔNIO DA SILVA
LUIZ CARLOS GUIMARÃES VIANNA
ANTÔNIO GILBERTO PORTO
ADIWTON JESUS DE SOUZA
CARLOS ALBERTO DOS SANTOS RODRIGUES
FRANCISCO DAS CHAGAS DA SILVA ROCHA
MANOEL PINHO
EDILSON BEZERRA DE OLIVEIRA

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso I, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso I, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE PRIMEIRO-TENENTE BM
POR ANTIGUIDADE
OS SEGUNDOS-TENENTES BM
PAULO PEREIRA DA SILVA
LEONE AFFONSO SOARES
SÉRGIO FERNANDO PEDROSO ABOUD
WILHAM ANTONIO TEIXEIRA
ANDRÉ LUIZ GONÇALVES ELIAS
JÚLIO CÉSAR DOS SANTOS
WASHINGTON RODRIGUES LIMA
JOÃO ROBERTO DE OLIVEIRA BARROSO
MÁRCIO DE SOUZA MATOS
CARLOS ROBERTO DE CARVALHO SOBRINHO
CILDO LAURINDO DE BRITO

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso I, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso I, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE SEGUNDO-TENENTE BM
POR ANTIGUIDADE
OS ASPIRANTES-A-OFICIAL BM
LUIZ CARLOS RIBEIRO DA SILVA
GILBERTO LOPES DA SILVA
ROBERTO MAURO SOARES DE OLIVEIRA
PAULO FERNANDES
LUIZ COUTO DE OLIVEIRA E SILVA
HAROLDO MACHADO FERREIRA JÚNIOR
WATERLOO CÂNDIDO MEIRELES FILHO
JORGE BARROSO DE ALMEIDA

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o que dispõe o artigo 18 da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, e o que consta do Processo nº 053.000.573/88,

RESOLVE:

Promover, no Quadro de Oficiais Bombeiros-Militares do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, de acordo com o artigo 10, inciso II, da Lei nº 6.302, de 15 de dezembro de 1975, regulamentado pelo artigo 40, inciso III, do Decreto nº 3.170, de 16 de fevereiro de 1976, a contar de 21 de agosto de 1988,

AO POSTO DE TENENTE-CORONEL BM
POR MERECIMENTO
O MAJOR BM — GERALDO LUIZ GUIMARÃES

Brasília, 26 de agosto de 1988

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA
Governador do Distrito Federal

JOÃO MANOEL
SIMCH BROCHADO

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO EXECUTIVO CRIADO PELO DECRETO Nº 11.119, DE 27 DE MAIO DE 1988

Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal,

Por determinação de Vossa Excelência, através do Decreto nº .... 11.119, foi constituido no Gabinete Civil, em caráter permanente, Grupo Executivo com a incumbência de analisar os fatos relacionados com parcelamentos irregulares do solo no Distrito Federal, bem como implantar a política de combate aos mesmos, encaminhando e acompanhando as providências que se fizerem oportunas.

Consciente da complexidade que o assunto envolve, o Grupo Executivo iniciou de imediato os seus trabalhos, procedendo ao levantamento dos possíveis fatores determinantes da proliferação dos parcelamentos irregulares no DF, concluindo, após exaustivas discussões, por eleger as seguintes causas: cartoriais, administrativas, judiciais e, também, sócio-econômicas.

Com base nas conclusões acima, o Grupo Executivo, após debater as dificuldades enfrentadas pelos diferentes órgãos envolvidos no problema em pauta, levantou um elenco de sugestões dos seus integrantes, visando a racionalização do trabalho, com base na experiência individual, o que permitiu a elaboração de um Plano de Trabalho (Anexo I), contendo um roteiro de atividades a serem desenvolvidas, de maneira ordenada e objetiva.

Até a presente data, foram realizadas oito (8) reuniões ordinárias e três (3) extraordinárias, após o que o Grupo oferece à superior apreciação de Vossa Excelência as Proposições e Atividades Desenvolvidas, detalhadas como se segue:

1 - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO GRUPO

O Grupo Executivo, no desempenho de suas atribuições, desenvolveu, até a presente data, estudos para oferecer maior embasamento aos seus trabalhos, tais como:

1.1 - Implantação do Cadastro Rural Imobiliário (CRI).

1.2 - Implantação de um sistema integrado de fiscalização.

1.3 - Criação de subgrupo destinado a prosseguir no levantamento físico de todos os parcelamentos irregulares.

1.4 - Solicitação, via Ofício nº 1103-GAG/88, de 16 de agosto de 1988, de alteração do artigo 12, parágrafo 2º, do Decreto nº 2078/72, visando dar maior autonomia ao Serviço de Fiscalização Integrada (Processo nº 020.000.501/88).

2 - PROPOSIÇÕES

Como política de combate aos parcelamentos irregulares, o Grupo Executivo decidiu propor:

2.1 - o estabelecimento de documentos legais referentes aos procedimentos jurídico-administrativos;

2.2 - a colaboração de todas as Secretarias, Órgãos e Entidades da Administração do Distrito Federal, no sentido de dar conhecimento aos seus funcionários e servidores quanto à importância do cumprimento da legislação e normas pertinentes à ocupação e uso do solo desta Unidade da Federação;

2.3 - a inclusão nos Planos de Governo de ações de regulação de ocupação e uso do solo do Distrito Federal e consequente combate aos parcelamentos irregulares;

2.4 - a criação de um subsistema de informações gerenciais que alimente o Sistema de Informações e Cadastro do Distrito Federal, no que concerne às alterações do uso do solo do DF;

2.5 - a celebração de Convênios entre Órgãos e Entidades do Distrito Federal e/ou do Governo Federal, objetivando a racionalização operacional de fiscalização da ocupação e uso do solo, especialmente parcelamentos irregulares;

2.6 - a organização da Carreira de Fiscal de Obras e Posturas e proporcionar cursos de capacitação e reciclagem aos Agentes, ampliando-se o seu quantitativo existente;

2.7 - a atualização dos valores das multas aplicáveis por infrações concernentes à ocupação e uso irregular do solo;

2.8 - solicitação ao INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais do Ministério da Ciência e Tecnologia - de estudos referentes à utilização de sensoriamento remoto, no controle da ocupação e uso do solo do Distrito Federal;

2.9 - solicitação de esclarecimentos junto à TERRACAP sobre o andamento das ações divisórias, objetivando a delimitação das áreas desapropriadas e que, atualmente, se encontram em comum com particulares;

2.10- que o Governo apresente junto ao Egrégio Supremo Tribunal Federal pedido de preferência no julgamento da Representação nº 1422-3 (Artigo 28 da Lei nº 2874/56); e

2.11- enfatizar a necessidade da aprovação do Plano de Ocupação e Uso do Solo do Distrito Federal, compatibilizando o atual Anteprojeto com as alterações verificadas, inclusive no tocante às novas Unidades de Conservação e Áreas Protegidas, criadas e administradas pelo DF, e Brasília Revisitada.

Brasília D.F., em 16 de agosto de 1988.

JAIR BAPTISTA LOPES
Coordenador

ANEXOS:

I - Plano de trabalho do Grupo Executivo
II - Anteprojeto de Programa

De acôrdo. As conclusões devem ser encaminhadas ao futuro Governador Alexandre Costa, cujo nome já está aprovado pela Comissão do Distrito Federal e pelo plenário do Senado. Ao registrar meu recebimento ao Coordenador Jair Baptista Lopes e a todos os membros do Grupo Executivo a política de combate aos Parcelamentos Irregulares, ressalto que as ações propostas são fundamentais para a defesa do Distrito Federal e para a conscientização do povo quanto ao grave problema.
25.8.88
Abel Mercadante

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO DO GRUPO EXECUTIVO DE COMBATE AOS PARCELAMENTOS IRREGULARES

Concepção de uma política de combate aos parcelamentos irregulares (1988)	. Decisão sobre a oportunidade de se combater os parcelamentos irregulares.(1985) (1988) . Percepção da necessidade de se combater os parcelamentos irregulares. (desde 1985 quando houve a percepção). . Levantamento e análise dos planos de governo para combater os parcelamentos irregulares. . Reconhecimento da existência de problemas, implicações jurídicas, institucionais, etc.

Estudos preliminares e de embasamento	. Estudos da viabilidade de se traçar uma política de combate aos parcelamentos irregulares. . Verificação das vantagens e desvantagens de se fazer a política para parcelamentos irregulares. . Processo e procedimentos administrativos. . Análise de documentos referentes ao relatório conclusivo da Comissão de Sindicância. . Análise de documentos previamente elaborados, como contenção, a curto prazo, dos problemas mais graves. . Análise da situação existente. . Análise de projetos com referência à contenção de parcelamentos irregulares. . Inventário de órgãos ou unidades orgânicas que têm envolvimento com a fiscalização e contenção de parcelamentos irregulares. . Ausência do Plano de Ocupação e Uso do Solo definido. (não foi feita a análise do Plano). . Ausência do Macro Zoneamento do Distrito Federal (só foi abordado o assunto).
Agentes Causadores dos Parcelamentos Irregulares	. Ausência de um efetivo exercício do poder de polícia administrativa (criação da Carreira de Fiscal). . Falta de política de governo definida para combater parcelamentos irregulares. . Ausência de mecanismos operacionais para normatizar a proibição da implantação dos loteamentos irregulares. (falta de convênios para policiamento e fiscalização). . Levantamento do que foi feito pela TERRACAP para combater parcelamentos irregulares. . Levantamento do que foi feito pela FZDF para combater parcelamentos irregulares. . O que foi feito pelas AR em relação à contenção de parcelamentos irregulares. . O que a PRG realizou em função dos loteadores e proprietários. . Ações demolitórias e registro dos loteamentos irregulares antigos e contenção de novos. . Qual o envolvimento das concessionárias de serviços públicos na prestação de serviços.
Estudo de casos: inventário do que foi realizado e como foi avaliado.	. Processamento dos dados obtidos. . Equipamentos necessários de combate gerencial. . Mecanismos e documentos legais de proibição e autuação (levantamento e captação da legislação e normas).
Anteprojeto de Programa de Combate aos Parcelamentos Irregulares	. Políticas e Sistemas Operacionais de controle gerencial dos parcelamentos irregulares (projeto de fiscalização integrada) (iniciado o processo de discussão). . Utilitários (unidades orgânicas e órgãos envolvidos, quais serão). . Programas a serem desenvolvidos para auxiliar na Política de Combate aos parcelamentos irregulares (programas de treinamento para a comunidade, para fiscais e treinamento para órgãos públicos, etc ...). (decreto nº 3906) . Arquivo e banco de dados (registro de informações, projetos e programas bem sucedidos). . Definição do gestor do programa ou coordenação da fiscalização integrada. . Mecanismos institucionais de fortalecimento e acompanhamento do programa ou projeto de combate aos loteamentos irregulares.
Projeto ou Programa de Combate. (Produtos finais e documentos). Metas a atingir e a estabelecer.	. Lógica dos dados obtidos. . Codificação dos dados obtidos. . Teste dos Sistemas. . Manuais de Observação (mudanças e atualização). . Manuais de Operação. . Manuais de Informação. . Mapas de Controle. . Instrumentos de controle e acompanhamento. . Distribuição dos manuais e documentos sistemáticos. . Manutenção Sistemática.
Implantação (tem que estar definido o agente para a ação).	. Produção. . Manutenção. . Mudanças e Atualizações. . Responsabilidade institucional. . Acompanhamento e Controle.

I D E N T I F I C A Ç Ã O

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: DISTRITO FEDERAL

PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE COMBATE AOS PARCELAMENTOS IRREGULARES DO SOLO NO DISTRITO FEDERAL

TITULO DO PROJETO:
PARCELAMENTOS IRREGULARES

ORGÃO EXECUTOR:
GABINETE CIVIL

PERÍODO DA EXECUÇÃO:
PERMANENTE

CUSTO TOTAL:

PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE COMBATE AOS PARCELAMENTOS IRREGULARES DO SOLO NO D.F. — **EXERCÍCIO** 1988

PROJETO:
PARCELAMENTOS IRREGULARES

UNIDADE DA FEDERAÇÃO:
DISTRITO FEDERAL

J U S T I F I C A T I V A

Os registros administrativos do Distrito Federal dão conta de que em 1975 nascia no DF o primeiro empreendimento imo

biliário na área rual, com ofensa à legislação que rege a espécie. Trata-se do loteamento denominado "Condomínio Quintas da Alvorada", inicialmente chamado de "Country Club Quintas da Alvorada", localizado na Fazenda Taboquinha, entre as cabeceiras do Ribeirão Taboca e o Córrego Mata Grande, na região do futuro Lago São Bartolomeu.

Consta, ainda, que durante 10(dez) anos, mais precisamente de 1975 até o advento do Governo José Aparecido de Oliveira em 1985, viveu o Distrito Federal um período de ininterrupto retalhamento indiscriminado, ilegal, irregular e clandestino do seu solo rural, implantando-se 150 (cento e cinquenta) formas de loteamento, desmembramento, espécies do gênero parcelamento, sob a farsa de "Loteamento em Condomínio", em flagrantes agressões ao Código Civil, ao Estatuto da Terra e à legislação que disciplina o parcelamento do solo rural para fins rurais ou para fins urbanos.

Sua incidência maior ocorreu no período de 1981 a 1984, estimando-se que, cerca de 50% dos empreendimentos imobiliários existentes, hoje, no DF, tenham sido implantados nesses anos.

Com o Governo José Aparecido de Oliveira teve início o combate organizado e decidido a tais empreendimentos, destacando-se, dentre outras providências, a constituição de um Grupo Executivo, através da Portaria Conjunta nº 02/85, de 23 de julho de 1985, que permitiu o levantamento e a Notificação de 130 (cento e trinta) loteamentos irregulares pela Secretaria de Viação e Obras, bem como a conscientização de inúmeros servidores do DF, em especial, fiscais de obras, para a extrema gravidade desse problema e a necessidade de encará-lo como assunto prioritário no atual Governo, além de proveitosas audiências com o antigo INCRA e orgãos da Administração local.

Importante, também, a criação da 5ª Subprocuradoria, pelo Decreto nº 9063, de 22 de novembro de 1985, órgão de direção superior da Procuradoria Geral do DF, destinado a atuar no parcelamento do solo e defesa do meio ambiente, com a competência, dentre outras ações, de "exercer a representação judicial e extra-judicial" e "levar ao conhecimento do Ministério Público e dos órgãos da Policia Judiciária, noticias de prática relacionada com a matéria de sua competência".

Posteriormente, outra medida importante, decorrente da insistente veiculação de notícias, pelos órgãos de imprensa local, envolvendo integrantes do Quadro de Procuradores do Distrito Federal em atividades relacionadas com loteamentos irregulares, foi a constituição de uma Comissão de Sindicância, através do Decreto nº 9540, de 27 de junho de 1986, para, no prazo de 30 (trinta) dias, "apurar os fatos referentes ao envolvimento de integrantes da carreira de Procurador do Distrito Federal em atividades relacionadas com loteamentos irregulares". Tal medida foi precedida de uma Comissão de Sindicância criada, no âmbito da Procuradoria-Geral do DF, pela Portaria nº 1/86-GAB/PRG, de 27 de fevereiro de 1986, quando o próprio eminente Procurador-Geral do DF, ao encaminhar o Relatório Conclusivo ao Senhor Governador, sugeriu que a "apuração final dos fatos ocorresse com a participação de outros órgãos públicos, juntamente com representantes da sociedade civil".

Paralelamente a tais providências, outras medidas foram tomadas pelo Governo no sentido de restringir a ação dos loteadores, com a emissão dos seguintes Decretos: 8.690, de cinco de julho de 1985; 9.260, de 31 de janeiro de 1986 e 9.726, de 18 de setembro de 1986. Todos com o objetivos de aperfeiçoar a ação governamental constante do Decreto nº 3.906, de 24 de outubro de 1977, que "dispõe sobre o licenciamento e a fiscalização de edificações na área rural do Distrito Federal e dá outras providências", além de vários Pareceres da douta Procuradoria Geral do DF, disciplinando mecanismos operacionais para o exercício do poder de polícia administrativa.

É importante ressaltar, também, o Provimento nº 07/85, da douta Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, complementado pelo Ato Normativo nº 01/88, da Justiça do Distrito Federal, que estabeleceu a exigência de Atestado de Regularidade, expedido pelo DF, para alienação de glebas inferiores a 20 (vinte) hectares e inibiu o surgimento de novos parcelamentos.

Apesar de todos os esforços desenvolvidos até então, sentiu o Governo do DF que a estratégia adotada ainda não surtiu o efeito desejado, carecendo, ainda de medidas mais concretas, visto que, hoje, o DF não convive somente com os 150 (cento e cinquenta) empreendimentos irregulares já citados, mas enfrenta também a problemática criada pela construção de grande número de edificações em lotes decorrentes de irregularidades, sem qualquer licenciamento pelos órgãos públicos.

Assim é que o Senhor Governador, sensível à gravidade e complexidade que o problema envolve, e coerente com as sugestões da Comissão de Sindicância por ele instaurada, constantes do Relatório conclusivo e corroboradas por idênticas sugestões do digníssimo Secretário de Viação e Obras, resolveu constituir Grupo Executivo, pelo Decreto nº 11.119, de 27 de maio de 1988, para "analisar os fatos relacionados com parcelamentos irregulares do solo no Distrito Federal e para implantar a política de combate aos mesmos, encaminhado e acompanhando as providências que se fizerem oportunas", a fim de que o Grupo, na condução ordenada dos seus trabalhos, possa atingir resultados positivos e definitivos na erradicação desse angustiante problema, considerado prioritário na Administração do eminente Governador José Aparecido de Oliveira

PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE COMBATE AOS PARCELAMENTOS IRREGULARES DO SOLO DO DISTRITO FEDERAL.

PROJETO: PARCELAMENTOS IRREGULARES

EXERCÍCIO: 1988

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: DISTRITO FEDERAL

OBJETIVOS

GERAL: Imprimir ao Grupo Executivo, relacionado com parcelamentos irregulares, um caráter de eficácia, como instrumento de execução da política de combate aos mesmos.

ESPECÍFICOS:

1 - Detectar as distorções e disfunções evidenciadas no processo de ocupação do solo no Distrito Federal, mediante a análise dos fatos relacionados com parcelamentos irregulares.

2 - Propor e selecionar mecanismos para o melhor desempenho do GDF no processo de ocupação do solo no D.F., com base na legislação e pareceres da Procuradoria-Geral existentes.

3 - Elaborar novas diretrizes e consolidar as já existentes , de modo a permitir que seja estruturada a implantação de uma eficaz política de combate aos parcelamentos irregulares.

4 - Conscientizar os servidores do DF envolvidos no combate aos parcelamentos irregulares, em especial seu corpo de fiscais, para a extrema gravidade do problema em pauta e da responsabilidade de sua participação no processo de erradicação, encarado com prioridade no atual Governo.

5 - Conscientizar o público externo da sua responsabilidade de participação no processo de combate aos parcelamentos irregulares, através do fornecimento de subsídios à Secretaria de Comunicação Social para o desenvolvimento de uma campanha didática de esclarecimento à população do DF.

6 - Avaliar periodicamente a eficácia da política de combate aos parcelamentos irregulares, com base nos resultados dos relatórios de acompanhamento dos diferentes órgãos envolvidos no Sistema Integrado de Fiscalização.

M E T A S

PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE COMBATE AOS PARCELAMENTOS IRREGULARES DO SOLO NO DISTRITO FEDERAL

PROJETO: PARCELAMENTOS IRREGULARES

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: DISTRITO FEDERAL

Nº DA META	M E T A S
1	- Implantar o Sistema Integrado de Fiscalização para a Área Rural, através de Portaria Conjunta ou Decreto, de modo a assegurar o comprometimento dos diferentes órgaos envolvidos no processo de fiscalização.
2	- Organizar e treinar uma equipe de fiscais com a atribuição especifica de exercer continuamente a ação fiscalizadora, conscientizando-os da elevada responsabilidade de que estão investidos, face à gravidade do problema em questão e ao caráter prioritário determinado pelo Governo do D.F.
3	- Assegurar os equipamentos (viaturas e sistemas de comunicação por rádio) indispensáveis à mobilidade que as equipes de fiscalização necessitam para a eficácia da ação fiscalizadora.
4	- Dinamizar os processos de instauração de inquéritos policiais por parte das delegacias circunscricionais, a fim de que a atividade decorrente da ação fiscalizadora não sofra solução de continuidade.
5	- Elaborar material de divulgação, de caráter didático, destinado a conscientizar os públicos interno e externo da sua importância na participação do processo de combate aos parcelamentos irregulares, em estreita colaboração com a Secretaria de Comunicação Social.

ATIVIDADES

PROGRAMA: IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE COMBATE AOS PARCELAMENTOS IRREGULARES DO SOLO NO DISTRITO FEDERAL.

PROJETO: PARCELAMENTOS IRREGULARES

UNIDADE DA FEDERAÇÃO: DISTRITO FEDERAL

Nº DO OBJ	Nº DA ATIV.	A T I V I D A D E S
1º	A-I	Diagnóstico - levantamento, tabulação e análise dos fatos e sugestões apresentadas.
	A-II	Propostas para solucionar as distorções e disfunções evidenciadas.
2º	B-I	Diagnótico - Levantamento, tabulação e análise de dados.
	B-II	Análise de normas vigentes e propostas de modificações.
	B-III	Consulta à legislação e pareceres em vigor.
	B-IV	Conclusão.
3º	C-I	Compatibilização das diretrizes em vigor com as propostas de modificações selecionadas, de modo a permitir a sua consolidação, para que seja implantada uma efetiva politica de combate aos parcelamentos irregulares.
4º	D-I	Conscientização dos servidores do DF envolvidos no combate aos parcelamentos irregulares, especialmente seu corpo de fiscais, através de uma discussão ampla do documento "Sistema Integrado de Fiscalização para a Área Rural", em palestras realizadas pelos órgaos envolvidos, despertando a atenção para a gravidade do problema e responsabilidade da participação de todos.
	D-II	Conscientização do público interno, mediante veiculação diária no "Distrito Federal" de matéria contendo um histórico de todo o processo de parcelamentos irregulares, do seu inicio, até os dias atuais e as inúmeras dificuldades enfrentadas pelo Governo do Distrito Federal para a erradicação desse angustiante problema.
5º	E-I	Conscientização do público externo através de uma ampla campanha de esclarecimentos, com caráter didático, incluindo a elaboração de uma cartilha de divulgação e orientação geral quanto à ocupação e uso do solo no Distrito Federal.
6º	F-I	Avaliação periódica da eficácia da política adotada no combate aos parcelamentos irregulares, com base em relatórios quinzenais ou mensais: - Análise - Discussão - Conclusão

GRUPO EXECUTIVO RELACIONADO COM PARECELAMENTOS IRREGULARES

ROTEIRO DAS MEDIDAS A SEREM TOMADAS A CURTO PRAZO

1. Ofício à TERRACAP solicitando as seguintes informações:

   a) Levantamento dos loteamentos/parcelamentos irregulares na área do D.F. discriminando:
   - Os que se situam em áreas de propriedade da Companhia;
   - Os que se situam em áreas de particulares;
   - Os que se situam em áreas em comum; e
   - Os que se situam dentro das Unidades de Conservação e Áreas protegidas.

   b) Em todas assituações, que medidas jurídicas/judiciais foram tomadas. (Providenciado)

2. Análise e discussão do documento SISTEMA INTEGRADO DE FISCALIZAÇÃO PARA A ÁREA RURAL, face à necessidade de ajustá-lo à legislação em vigor.

3. Esgotada a etapa do Ítem 2, formalizar proposta à douta Procuradoria-Geral para exame do documento e, se aprovado, propor minuta de Decreto ou Portaria Conjunta.

4. Solicitar à Procuradoria-Geral uma análise referente à oportunidade, ou não, de propositura e instauração de ações demolitótias.

5. Relacionar, para fins de tributação pela Receita Federal, os proprietários de loteamentos/parcelamentos irregulares.

6. Intensificar a análise do Anteprojeto do PLANO DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO DO DISTRITO FEDERAL, adaptando-o á realidade atual, para posterior encaminhamento ao Congresso Nacional.

7. Paralelamente às ações do item anterior, implantar o que for possivel, por Decreto do Senhor Governador, para aplicação imediata.

8. Solicitar à Douta Procuradoria-Geral o estabelecimento de normas relativas aos remembramentos.

9. Criaçao de um subgrupo para proceder ao levantamento fisico de novos parcelamentos irregulares.

10. Propositura de ações de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente (Lei nº 7347, de 24 de julho de 1985)

11. Propositura de ações de divisão judicial das áreas em comum (aprofundar os estudos - Área desapropriada ou particular?).

12. Formular proposta de convênio entre o GDF e o MIRAD, com o objetivo de que, no DF, as atribuições do Ministério sejam exercidas pelo Governo local.

13. Definir os limites urbanos das cidades satélites - o que é Zona Rural? (embutido no pouso).

14. Tese dos 20 hectares (em tramitação no S.T.F.).

15. Levantamento dos arrendamentos promovidos pela FZDF de parcelas fora dos limites estabelecidos (2 e 20 ha).

16. Envolvimento da TELEBRASÍLIA em eventuais instalações de linhas telefônicas em parcelamentos irregulares.

Brasilia, DF., em 12 de julho de 1988.

JAIR BAPTISTA LOPES

Coordenador do Grupo Executivo

GABINETE CIVIL

PORTARIA DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O CHEFE DO GABINETE CIVIL DO GABINETE DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, inciso I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982,

RESOLVE:

Designar MAGDA CUNHA SIMÕES para exercer a Função de Confiança de Assessor, Código LT-DAS-102.3, do Programa de Habitação do Distrito Federal.

GUY AFFONSO DE ALMEIDA GONÇALVES

SECRETARIA DO GOVERNO

Administração Regional de Taguatinga

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE AGOSTO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a", da Portaria nº 05/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

Exonerar MANUEL MARTINS DE FIGUEREDO, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 14634-X, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Diretor, Código DAS-101.2, da Divisão de Administração de Feiras, da Administração Regional de Taguatinga, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Taguatinga-DF, 22 de agosto de 1988

ITAMAR BARRETO

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE AGOSTO DE 1988

O ADMINISTRADOR REGIONAL DE TAGUATINGA, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista o disposto no item 1, alínea "a" da Portaria nº 05/83-SEG, de 13 de janeiro de 1983,

RESOLVE:

Designar JOSÉ ÁLIS AZEVEDO LIMA, para exercer a Função de Confiança de Diretor da Divisão de Administração de Feiras, Código LT-DAS-101.2, da Administração Regional de Taguatinga, da Secretaria do Governo do Distrito Federal.

Taguatinga-DF, 22 de agosto de 1988

ITAMAR BARRETO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA DE 25 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 233 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União e tendo em vista o que consta do Processo nº 020.001.205/86,

RESOLVE:

DESIGNAR as servidoras MARIA ELMA MIRANDA NUNES, matrícula nº 18.123-4, MARIA HARALAMBOS PANAGIOTIDOU, matrícula nº 13.654-9 e MARIA CLARICE AGUIAR OLIVEIRA, matrícula nº 76.418-3, todas em exercício na Supervisão de Processos Administrativos, desta Secretaria, para, sob a presidência da primeira, constituírem Comissão incumbida de rever o Processo nº 41.728/67.

Brasília, 25 de agosto de 1988

PAULO CARVALHO XAVIER

Divisão de Administração Geral

Seção de Pessoal

CONCESSÃO DE SALÁRIO FAMÍLIA

MATRÍCULA: 21.517-1
NOME: EDMAR BORGES DE DEUS
DESPACHO: Concedo, de conformidade com a Portaria MPAS nº 3040/82, salário-família pela sua dependente ERIKA RAYANNE SILVA BORGES, filha nascida em 05.07.88, conforme consta da Certidão de Nascimento, a partir de 18.07.88.

MATRÍCULA: 22.861-3
NOME: VERA LÚCIA LUCIANO DE ARAÚJO
DESPACHO: Concedo, de conformidade com a Portaria MPAS nº 3040/82, salário-família pelo seu dependente HUGO USLIAM LUCIANO BRAZ DE ARAÚJO, filho nascido em 04.07.88, conforme consta da Certidão de Nascimento, a partir de 18.07.88.

MATRÍCULA: 23.258-0
NOME: LÍLIAN CARNEIRO DA CUNHA COSTA
DESPACHO: Concedo, de conformidade com a Portaria MPAS nº 3040/82, salário-família pelo seu dependente IGOR ALEXANDER CARNEIRO DA CUNHA COSTA, filho nascido em 15.07.88, conforme consta da Certidão de Nascimento, a partir de 05.08.88.

MATRÍCULA: 24.162-8
NOME: MÁRCIO GUIMARÃES FERREIRA
DESPACHO: Concedo, de conformidade com a Portaria MPAS nº 3040/82, salário-família pela sua dependente MAÍRA BARROS FERREIRA, filha nascida em 01.02.88, conforme consta da Certidão de Nascimento, a partir de 25.07.88.

MATRÍCULA: 26.616-7
NOME: ILSO FREITAS DE MATTOS
DESPACHO: Concedo, de conformidade com a Portaria MPAS nº 3040/82, salário-família pelo seu dependente DANIEL MENEZES DE MATTOS, filho nascido em 08.12.87, conforme consta da Certidão de Nascimento, a partir de 01.07.88.

MATRÍCULA: 27.357-0
NOME: VANDILEUZA MARIA DOS SANTOS SOUZA
DESPACHO: Concedo, de conformidade com a Portaria MPAS nº 3040/82, salário-família pelo seu dependente GABRIEL SANTOS SOUZA, filho nascido em 02.05.88, conforme consta da Certidão de Nascimento, a partir de 09.06.88.

Brasília-DF, 23 de agosto de 1988

REJANE BENEVIDES LINHARES
Seção de Pessoal-DAG/SEA
Chefe

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº 39 DE 24 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 134/88 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.013808/86,

RESOLVE:

1. Autorizar a ESCOLINHA DA MÔNICA-MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA a funcionar, até 31 de dezembro de 1988, "para o fim exclusivo de prosseguimento do atendimento a clientela já matriculada, evitando-se o desgaste de transferência de alunos após iniciadas as aulas. Ao final do ano letivo, a direção deverá apresentar solução para a transferência da escola para prédio definitivo, sem a qual deverá ter suas atividades encerradas".

2. Determinar que a Direção da Escola, caso não tenha condições de atender o que dispõe o item anterior, comunique ao DIE o encerramento de suas atividades, conforme legislação vigente.

Brasília, 24 de agosto de 1988

FÁBIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA Nº 41, DE 24 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 129/88 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.008769/87,

RESOLVE:

1. Prorrogar, por 04 (quatro) anos, a autorização de funcionamento do JARDIM DE INFÂNCIA "TIO PATINHAS", localizado na QE 17 — Conjunto "O" — Casa 36 — Guará II — Distrito Federal, mantido pelo Jardim de Infância "Tio Patinhas" Ltda, com sede no mesmo endereço.

2. Autorizar a mudança de denominação da mantenedora firma individual "Ruth Macêdo", para Jardim de Infância "Tio Patinhas" Ltda.

3. Validar, até a presente data, os atos escolares praticados pelo Estabelecimento de Ensino, com base em seu Regimento Escolar e Planejamento Didático aprovados e legislação vigente.

4. O Jardim de Infância "Tio Patinhas", está sujeito a inspeção do ensino nos termos da legislação vigente.

Brasília, 24 de agosto de 1988

FÁBIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA Nº 42 DE 24 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I, do artigo 37 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13 de maio de 1975, e tendo em vista o disposto no Parecer nº 135/88 do Conselho de Educação do Distrito Federal, conforme Processo nº 030.012748/87,

RESOLVE:

1. Considerar extinto, a partir de 31 de dezembro de 1988, o CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ARABERI, situado na QSB 10/11 — Área Especial nº 09 — Setor Sul — Taguatinga, mantido pelo W.S., Jardim de Infância Ltda., com sede no mesmo endereço.

2. Determinar que a Escola tome todas as providências legais a fim de que

tenha suas atividades encerradas na data fixada para sua extinção.

Brasília, 24 de agosto de 1988

FABIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o disposto no artigo 2º, Parágrafo 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982,

RESOLVE:

DISPENSAR MARIA SELMA BANDEIRA DE NEGREIROS, da Função de Assessoramento Superior, da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 26 de agosto de 1988

FÁBIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada peloArt.1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o disposto no artigo 2º, Parágrafo 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982,

RESOLVE:

DESIGNAR ANA VIEIRA RABELO, Professora MGIII — C 4, Referência 14-Q, matrícula nº 88.258-5, da Tabela de Empregos Permanentes do Pessoal de Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal, para exercer Função de Assessoramento Superior da Secretaria da Educação do Distrito Federal, mediante retribuição mensal de Cz$ 30.558,66 (trinta mil, quinhentos e cinquenta e oito cruzados e sessenta e seis centavos), correspondente à diferença entre o salário percebido na entidade de origem e o valor fixado para a referida função, nos termos do que dispõem os §§ 2º e 3º, do artigo 3º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982.

Brasília, 26 de agosto de 1988

FABIO VIEIRA BRUNO

PORTARIA DE 26 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto 7.321, de 22 de dezembro de 1982, e o disposto no artigo 2º, Parágrafo 1º, do Decreto nº 6.650, de 12 de março de 1982,

RESOLVE:

ALTERAR, para Cz$68.420,00 (sessenta e oito mil, quatrocentos e vinte cruzados), a retribuição mensal de MARIA DAS GRAÇAS GUIMARÃES, matrícula nº 28.607-9, ocupante de função de assessoramento superior da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Brasília, 26 de agosto de 1988

FÁBIO VIEIRA BRUNO

ORDEM DE SERVIÇO DE 26 DE AGOSTO DE 1988

A CHEFE DO GABINETE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo item I, alínea "f", da Portaria 29/SE, de 21.06.85,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 1º, item II, do Decreto nº 3.466, de 7.12.76, combinado com o Decreto nº 11.199, de 15.8.88, à servidora MARIA SELMA BANDEIRA DE NEGREIROS, Professora MGIII-C4, Referência 14-Q, matrícula nº 88.184-8, da Tabela de Empregos Permanentes do Pessoal de Magistério da Fundação Educacional do Distrito Federal, gratificação pela representação de Gabinete, no encargo de Assessor.

Brasília, 26 de agosto de 1988

MARIA MARTA CINTRA

Departamento de Inspeção do Ensino

ORDEM DE SERVIÇO Nº 016/88-DIE DE 18 DE AGOSTO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INSPEÇÃO DO ENSINO, DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 17, 41 e 43 do Regimento aprovado pelo Decreto nº 2.893, de 13.05.75, e nos termos do artigo 160 da Resolução nº 01/74 do Conselho de Educação do Distrito Federal, e tendo em vista o que consta do Processo nº 00030.005291/88-GDF,

RESOLVE:

Autorizar o funcionamento, a título precário, 120 (cento e vinte) dias, do CÉU — CENTRO DE EDUCAÇÃO UNIVERSAL — 1º Grau, localizado na QE 11 — Lote "E" — Área Especial — Guará I — Distrito Federal, mantido pelo CÉU — Centro de Educação Universal Ltda, com sede no mesmo endereço.

Brasília-DF, 09 de agosto de 1988

JÚLIO GREGÓRIO FILHO

SECRETARIA DE SAÚDE

Hospital Docente Assistencial de Brasília — HDA

PORTARIA Nº HDA — 034/88

ASSUNTO: Designar Coordenadora

O DIRETOR DO HOSPITAL DOCENTE ASSISTENCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

RESOLVE:

Designar a Professora IRANDIR ARANDA VIANA, Assistente de Divisão de Administração com atribuição de Coordenar a implantação da Política de Recursos Humanos, junto aos Servidores do Hospital Docente Assistencial.

Brasília, 03 de agosto de 1988.

EDUARDO F.O. QUEIROZ

Homologo, nos termos da Subcláusula Quarta, da Cláusula Oitava, do Convênio SUDS/DF, celebrado em 30.09.87.

LAÉRCIO MOREIRA VALENÇA
Secretário de Saúde do DF

Instituto de Saúde do Distrito Federal

ORDEM DE SERVIÇO DE 22 DE AGOSTO DE 1988

O DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL — ISDF, no uso de suas atribuições Regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 22, do Decreto nº 10.974, de 31 de dezembro de 1987,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores DAVID JOSÉ COIMBRA, matrícula nº 001-TP/ISDF e MOUNA GHORAYED ZAMBONI, matrícula nº 542-TP/ISDF, EXECUTOR e CO-EXECUTORA, respectivamente, do Convênio 166/88, celebrado entre a CENTRAL DE MEDICAMENTOS — CEME e o DISTRITO FEDERAL, tendo como objeto a Implantação do Centro de Hemoderivados Humanos no Hemocentro de Brasília.

Brasília-DF, 22 de agosto de 1988

MARCUS JOSÉ VIANA GADELHA

PROCESSO: 062001112/87
INTERESSADO: SEÇÃO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO — DAG /ISDF

ASSUNTO: APLICAÇÃO DE MULTA À FIRMA MILLIPORE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

DESPACHO DO DIRETOR DO INSTITUTO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. Face ao pronunciamento da Seção de Orçamento e Finanças deste Instituto e de acordo com o disposto no artigo 107, incisos I e II do Decreto 10.996 de 26 de janeiro de 1988 e ainda no uso das atribuições que são conferidas pelo artigo 68 do citado diploma, aplico a firma: MILLIPORE COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, a multa de Cz$ 344.762,39 (Trezentos e quarenta e quatro mil, setecentos e sessenta e dois cruzados e trinta e nove centavos), por não ter entregue o material cujo fornecimento lhe foi adjudicado através de notas de Empenho nºs 038/88, 095/88, 039/88, 096/88, 041/88 e 098/88-ISDF, de acordo com as condições estabelecidas para realização da TOMADA DE PREÇOS 016/87-ISDF.

Publique-se e em seguida devolva á Seção de Orçamento e Finanças-DAG/ISDF, para que dê ciência ao interessado.

Brasília, 17 de agosto de 1988
MARCUS JOSÉ VIANA GADELHA
Instituto de Saúde do DF
Diretor

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

PORTARIA-SVO, DE 25 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 1º de agosto de 1984,

RESOLVE:

EXONERAR, por motivo de aposentadoria ocorrida em 25 de agosto de 1988, publicada no DODF nº 162, página 04, de 25 de agosto de 1988, JOSEFINA CÂNDIDA LOPES, Agente Administrativo, Código SA-401.S, Referência NM-32, matrícula nº 12.015-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, do Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.3, do Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 25 de agosto de 1988

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

PORTARIA-SVO, DE 25 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO DISTRITO FEDERAL, no

uso de suas atribuições regimentais e tendo em vista a competência que lhe foi delegada pelo artigo 1º, item I, alínea "a", do Decreto nº 7.321, de 22 de dezembro de 1982, com a nova redação dada pelo Decreto nº 8.100, de 1º de agosto de 1984,

RESOLVE:

NOMEAR o servidor CID TORRES, Agente de Serviços de Engenharia, Código NM-808.S, Referência NM-32, matrícula 16.947-1, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor, Código DAS-102.3, do Secretário de Viação e Obras do Distrito Federal.

Brasília, 25 de agosto de 1988

CARLOS MAGALHÃES DA SILVEIRA

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

PORTARIA DE 19 DE AGOSTO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 3º, alínea "a", do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979,

RESOLVE:

Designar, nos termos do artigo 8º e seus Parágrafos, do Decreto nº 5.004, de 20 de dezembro de 1979, CLOVIS ANTONIO BARBARA JACOB, matrícula 27.123-3, Código LT-DAS 102.2, para substituir o Chefe do Núcleo de Planejamento do Departamento de Transportes Urbanos da Secretaria de Serviços Públicos do Distrito Federal, Código LT-DAS-101.3, por motivo de vacância do cargo, a partir desta data até a designação do novo titular.

Brasília-DF, 19 de agosto de 1988

WADJÔ DA COSTA GOMIDE

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Departamento de Administração Geral

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE AGOSTO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "a", da Portaria nº 027-SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

CONCEDER APOSENTADORIA nos termos do artigo 1º, item I da Lei Complementar 51/85 em consonância com o artigo 103 da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, no cargo de Agente de Polícia, Classe Especial, Padrão III, a ANTONIO PEREIRA DE OLIVEIRA, matrícula nº 20.103-0, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com as vantagens da Gratificação por Operações Especiais nos termos dos artigos 2º e 3º do Decreto-lei nº 1.727/79, combinado com o artigo 1º da Lei nº 7.386, de 18 de outubro de 1985, e os artigos 1º e 2º do Decreto-lei nº 2.387, de 18 de dezembro de 1987, da Gratificação de Função Policial nos termos do artigo 7º do Decreto-lei nº 2.239, de 28 de janeiro de 1985, da Gratificação instituída pelo artigo 2º, Parágrafo único, alínea "b" do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, e da Indenização de Habilitação Policial Civil, nos termos do artigo 8º, item II, Parágrafo 2º do Decreto-lei nº 2.266, de 12 de março de 1985.

Brasília, 23 de agosto de 1988

ELI VALTER GIL FILHO

ORDEM DE SERVIÇO DE 23 DE AGOSTO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso da subdelegação de competência que lhe foi conferida pelo item 2, alínea "b", da Portaria nº 027/SEP, de 08 de outubro de 1985,

RESOLVE:

Rever os proventos de aposentadoria do servidor GERALDO PEREIRA DE SOUZA, matrícula nº 20.032-8, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para considerá-los, a partir de 12 de agosto de 1988, com as vantagens dos artigos 2º, §§ 2º, 3º e 5º, da Lei 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelo Decreto-lei nº 1.746, de 27 de dezembro de 1979 e pelo Decreto-lei nº 2.153, de 24 de julho de 1984.

Brasília, 23 de agosto de 1988

ELI VALTER GIL FILHO

TRIBUNAL DE CONTAS

ATA DA 2511a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 04 dias do mês de agosto de 1988, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e FREDERICO AUGUSTO BASTOS, a Conselheira-Substituta MARIA JOSÉ DA SILVA NEVES GADELHA, o Auditor FRANCISCO MARTINS BENVINDO e o Procurador-Geral Dr. LINCOLN PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2510a. Sessão Ordinária.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 3052/86 - Convênio nº 095/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Finanças, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do 7º aditivo ao ajuste, considerando correta a classificação da despesa de que trata a NE nº 193/88-SEF, a ele vinculada; b) tomar conhecimento ainda dos resultados da 5a. etapa de fiscalização e controle da execução do convênio, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2107/87 - Contrato nº 676/87 celebrado entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e a firma MAGASA - Engenharia S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento do ajuste e dos resultados dos trabalhos finais de fiscalização e controle de sua execução e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3088/87 - Contrato nº 043/87 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e diversos. Aos autos juntou-se expediente do Banco de Brasília S/A (Ofício PRESI-88/120 e anexo) prestando esclarecimentos em atendimento a recomendação da Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento do expediente, decidiu fazer ao BRB as recomendações indicadas no voto do Relator a fls. 51.

PROCESSO Nº 3655/87 - Contrato nº 020/87 e outros, celebrados entre a Companhia de Eletricidade de Brasília e diversos. Aos autos juntou-se expediente da CEB (Carta nº 386/88-PRE e anexos) prestando esclarecimentos em atendimento à diligência ordenada pela Corte a respeito do contrato nº 022/87, celebrado com a SISCO - Sistema de Computadores S/A. Houve empate na votação: o Relator, acompanhado pela Conselheira-Substituta MARIA JOSÉ GADELHA, votou no sentido de que o Tribunal, ao tomar conhecimento do expediente, considere cumprida a diligência, e alerte a CEB para o fato de que a inviabilidade de competição, tal como invocada para a assinatura do contrato nº 022/87-CJU-CEB, só terá cabimento se exclusivamente o fabricante ou seu único representante comercial fornecerem as peças eventualmente necessárias aos serviços de manutenção; o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, acompanhado pelo Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, preferiu acolher a posição defendida pela instrução, isto é, cabível também no caso enfocado a licitação, pois, somente através desse procedimento, será possível que se conclua pela inexistência de outra empresa local, ou não, em condições de prestar a assistência de que cuida o contrato nº 022/87.- O processo será encaminhado ao Senhor Presidente para os fins do art. 38 do Regimento Interno.

PROCESSO Nº 1496/88 - Contrato nº 25/88 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e diversos;

PROCESSO Nº 1498/88 - Contrato nº 73/88 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do Distrito Federal e diversos.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento dos ajustes e determinou a baixa dos processos à 5a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1444/88 - Contrato nº 24/87 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento dos ajustes e determinou a baixa do processo à 5a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0631/88 - Contrato nº 003/88 celebrado entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e a firma ENGEMAXI-Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento do ajuste e dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle de sua execução, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins; b) fazer à SAB a recomendação indicada no referido voto a fls. 43-44.

PROCESSO Nº 1143/88- Contrato nº 1860/88 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma SONDOTÉCNICA - Engenharia de Solos S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste e de seu 1º termo aditivo, bem como dos resultados de inspeção realizada na CAESB; b) fazer à CAESB a recomendação indicada no referido voto a fls. 68-69; c) determinar o arquivamento do processo, tendo em vista o encerramento da vigência contratual.

PROCESSO Nº 1333/88 - Contrato nº 1859/88 e outros, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e diversos. - O Tribunal, ao tomar conhecimento dos ajustes, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 26.

PROCESSO Nº 1652/88 - Contrato nº 001/88 e outros, celebrados entre o Banco de Brasília S/A e diversos.- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos ajustes, decidiu fazer ao BRB a recomendação indicada no voto do Relator a fls. 62-63.

PROCESSO Nº 1456/88 - Contrato nº 1873/88 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros e Consultores S/A.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do ajuste, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 23.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 3195/78 - Reforma do Soldado PM MAURO DE MATOS.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a reforma, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1804/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor JAIR ANASTÁCIO ROCHA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a revisão, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2093/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor SOLON NOGUEIRA BARBOSA;

PROCESSO Nº 3987/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor SILVIO ALVES DA PAIXÃO.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as revisões, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1653/86 - Reforma e ato de alteração da reforma do Soldado BM JOSÉ AIRTON DA COSTA E SILVA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, tomou conhecimento do cumprimento, pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (fls. 135 e 136), da decisão proferida em sua Sessão Ordinária, de 20.08.87.

PROCESSO Nº 1601/88 - Pensão especial concedida à Senhora MARIA DE LOURDES SAMPAIO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou diligência, fixando o prazo de 30 (trinta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 2418/86 - Convênio nº 02/86 e outros ajustes, celebrados entre a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal e diversos.- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada na Fundação do Serviço Social, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 80.

PROCESSO Nº 2459/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Secretaria de Serviços Sociais do Distrito Federal, para verificar a regularidade e a legitimidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Serviços Sociais (O.I. nº 143/88-GAB/SSS e anexos) dando atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, tomando conhecimento do expediente, determinou nova diligência, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 86-87.

PROCESSO Nº 1532/88 - Balancete da BRB - Cia. Nacional de Serviços, referente ao 1º trimestre do corrente ano.- O Tribunal, relevando as falhas apontadas no voto do Relator a fls. 16, tomou conhecimento do balancete e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 2915/84 - Prestação de Contas da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda., referente ao exercício de 1983;

PROCESSO Nº 1893/87 - Prestação de Contas da PROFLORA S/A - Florestamento e Reflorestamento, referente ao exercício de 1986.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, julgou regulares as contas dos administradores, autorizando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 2201/84 - Contrato nº 1348/84 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma CHRISTIANI NIELSEN - Engenheiros e Construtores S/A. Aos autos juntou-se o Ofício nº 106/88-PRES, pelo qual a CAESB presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos esclarecimentos apresentados pela entidade, bem como dos resultados de inspeção ali realizada; b) determinar o arquivamento do processo, à vista do Termo de Recebimento Definitivo de fls. 376.

PROCESSO Nº 0230/86 - Contrato nº 062/85 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma ENGECOP - Engenharia de Construções e Projetos Ltda. Aos autos juntaram-se expedientes da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (O.E. nº 517/87 - GAB/SES) e da Fundação Hospitalar (O.E. nº 079/88-DE-FHDF) prestando esclarecimentos a respeito de recomendações da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos citados expedientes, bem como dos resultados da 4a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins; b) fazer à FHDF a solicitação indicada no referido voto a fls. 208.

PROCESSO Nº 3692/86 - Relatório nº 018/86-DPA/SEF, relativo à auditoria a que procedeu na Fundação Cultural do Distrito Federal o órgão próprio da Secretaria de Finanças. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do descumprimento pela Fundação Cultural das determinações da Corte expressas através do Of. GP nº 799/87, reiteradas pelo Of. GP nº 269/88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, a par de, ainda uma vez, reiterar à entidade os termos do Of. GP nº 799/87, determinar a aplicação da multa prevista no art. 59 do Ato Regimental nº 9/80, na quantia equivalente a 02 (dois) MVR, ao responsável pelo descumprimento das determinações da Corte indicadas no referido expediente — com a devida ciência à Corte do recolhimento da multa.

PROCESSO Nº 2690/87, originário do Ofício nº 2117/87-FSS (NE nº 00886/86). Aos autos juntou-se o O.I. nº 1809/88-PR, pelo qual a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo por 30 (trinta) dias, a contar de 21.07.88, para a aplicação da multa determinada pela Corte na Sessão de 21.06.88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento do expediente, considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada; b) fazer à entidade o esclarecimento a que se refere a alínea b do referido voto a fls. 50.

PROCESSO Nº 2353/87 (apenso: processo nº 3082/87) - Contrato nº 1720/87 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros e Consultores S/A. Aos autos juntou-se expediente da CAESB (Ofício nº 094/88-PRES e anexos) prestando esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) acolher os esclarecimentos prestados pela entidade, considerando cumprida a diligência; b) tomar conhecimento dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle da execução do contrato nº 1720/87 e dos documentos pertinentes ao contrato nº 1737/87 (fls. 14-40 do processo em apenso); c) determinar o arquivamento do processo nº 3082/87, em apenso, principalmente pela existência do Termo de Recebimento de fls. 38; d) solicitar da CAESB que encaminhe à Corte cópia do termo de quitação do contrato nº 1720/87, tão logo seja emitido; e) determinar a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0817/86 - Convênio nº 039/86 celebrado entre o Distrito Federal, através do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da 4a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, bem como do resultado de inspeção realizada no CBDF e do Termo de Recebimento Definitivo de fls. 123; b) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 133.

PROCESSO Nº 1954/86 - Convênio nº 073/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos, e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados da etapa final de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinando, em caráter excepcional, o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0602/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito no Instituto de Saúde do Distrito Federal, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se o O.I. nº 108/88-GAB/ISDF, pelo qual o Instituto de Saúde do Distrito Federal dá conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado expediente, considerando cumprida a diligência, e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1287/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se expediente da CODEPLAN (O.I. nº 1081/88-PRESI e anexo) oferecendo informações reclamadas pela Corte através do Of. GP nº 529/88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das informações, determinando a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1433/87, originário do Relatório nº 005/87 referente a auditoria a que procedeu o órgão próprio da Secretaria de de Finanças do Distrito Federal na Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A.- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos resultados de inspeção levada a efeito junto à SAB, decidiu determinar à entidade que adote a providência indicada no voto do Relator a fls. 28.

PROCESSO Nº 1189/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito no Departamento de Turismo do Distrito Federal, para verificar a regularidade e a legitimidade dos atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu: a) considerar regular a aplicação dos suprimentos de fundos relacionados a fls. 05, ordenando a baixa na responsabilidade de seus detentores; b) fazer ao DETUR as determinações e recomendações indicadas no referido voto a fls. 22.

PROCESSO Nº 1359/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, para verificar a legitimidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/88.- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu, a par de fazer à SAB as recomendações indicadas no item I do voto do Relator a fls. 56, solicitar-lhe que adote a providência a que se refere o item II do mesmo voto.

PROCESSO Nº 1100/88, com a 4a. reformulação do Programa de Trabalho do FUNDEFE para 1988.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1818/88 - O.E. nº 211/88-GAB/SEA, pelo qual a Secretaria de Administração do Distrito Federal faz indagação à Corte sobre reajuste de proventos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento, decidiu: a) admitir as atualizações das parcelas relativas a ECs, Complemento Salarial (bloqueio) e Incentivos Funcionais, a partir da data base dos reajustes dos empregados de cada uma das entidades da Administração Indireta e Fundações; b) no caso específico da Fundação Educacional do Distrito Federal, autorizar a Secretaria de Administração a pagar as parcelas atrasadas, relativas aos meses de abril e maio de 1988.

RELATADOS PELA CONSELHEIRA-SUBSTITUTA MARIA JOSÉ GADELHA

PROCESSO Nº 3573/82 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor LEVINO FERREIRA DE ALCÂNTARA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a revisão, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2610/87 - Tomada de contas dos agentes de material do Departamento de Turismo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1986;

PROCESSO Nº 2563/87 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis do Departamento de Turismo do Distrito Federal, relativa ao exercício de 1986.

- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, julgou os responsáveis quites com a Fazenda do Distrito Federal, determinando a expedição das respectivas provisões de quitação.

PROCESSO Nº 3431/86, com os resultados de inspeção realizada na Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para exame dos processos de nºs 477.178/84 e 073.005.901/84, com vistas a verificar as falhas apontadas no relatório da Comissão Permanente de Sindicância a fls. 85.- O Tribunal, pelas razões apontadas no voto da Relatora de fls. 100-101, tomou conhecimento dos resultados da inspeção, determinando à Fundação Zoobotânica do Distrito Federal que promova a baixa dos bens indicados a fls. 98, caso ainda não o tenha feito.

PROCESSO Nº 3268/86 (apenso: processo nº 3929/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Hospital Regional de Taguatinga. Aos autos juntaram-se as defesas apresentadas pelos servidores nominados a fls. 60 quanto ao débito que lhes foi imputado nos autos.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na instrução a fls. 61-62.

PROCESSO Nº 0722/87 - Originário do relatório de inspeção especial realizada na Companhia de Eletricidade de Brasília, para verificar a procedência da denúncia apresentada pela firma MICRO'S - Informática e Tecnologia Ltda., sobre irregularidade em procedimento licitatório na CEB. Aos autos juntaram-se os resultados da nova inspeção especial realizada na Companhia de Eletricidade de Brasília para verificar todo o desenvolvimento do procedimento licitatório atinente ao Convite de Materiais nº 0019/87.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento de tais resultados, considerando-os satisfatórios, e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1596/87 - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075.000.028/87. Aos autos juntou-se pedido de reconsideração formulado pelo servidor indicado a fls. 16 da decisão da Corte que o considerou em débito pelo valor de Cz$3.377,00, com a respectiva atualização.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu, em caráter de excepcionalidade: a) tomar conhecimento do pedido do referido servidor para dar-lhe provimento; b) isentar, também, de responsabilidade o servidor indicado a fls. 20, devendo o percentual de 0,05% ser absorvido pela SAB.

PPOCESSO Nº 2660/86 - Originário do relatório de inspeção especial realizada no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para verificar possíveis implicações decorrentes da edição do Decreto-lei nº 2284/86. Aos autos juntou-se expediente do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (Ofício nº 548/88-DIF e anexo) dando atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomou conhecimento do citado expediente, considerando cumprida a diligência, e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2197/86 (apenso: processo nº 2152/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 073.4513/86-FZ. Aos autos juntou-se a defesa do servidor indicado a fls. 32 quanto ao débito que lhe foi imputado nos autos. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa para dar-lhe provimento; b) conhecer da tomada de contas especial, considerando regulares as contas, e determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1504/86 (apenso: processo nº 3185/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 073.003161/86. Aos autos juntaram-se os resultados de inspeção realizada na FZDF para acompanhar o ressarcimento pelo servidor indicado a fls. 35 do débito que lhe foi imputado nos autos. - O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomando conhecimento , autorizou a reinclusão do processo em roteiro de inspeção para o fim indicado a fls. 36.

PROCESSO Nº 0072/86 (apenso: processo nº 2094/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional-CAN.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento dos esclarecimentos solicitados através do Of. GP nº 1723/87; b) autorizar a inclusão do processo em roteiro de inspeção para o fim indicado no item II da instrução a fls. 59.

PROCESSO Nº 3772/86 (apenso: processo nº 1298/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 24 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, considerar cumprida a diligência ordenada através do Of. GP nº 1590/87; b) autorizar a inclusão do processo em roteiro de inspeção para o fim indicado no item II da instrução de fls. 28.

PROCESSO Nº 2747/87 - Tomada de contas especial realizada pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 072.000127/87.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento dos resultados da tomada de contas especial; b) autorizar a inclusão do processo em roteiro de inspeção para o fim indicado na instrução a fls. 15.

PROCESSO Nº 1509/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Coordenação do Sistema de Administração de Próprios da Secretaria de Administração do Distrito Federal, para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Administração (O.I. nº 189/88-GAB/SEA e anexos) dando conta de atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tomando conhecimento do citado expediente, determinou nova diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados nas alíneas b e c da instrução a fls. 48-49.

PROCESSO Nº 2203/87 - Sindicância instaurada pela Secretaria do Governo do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria do Governo (O.I. nº 164/88-GAB/SEG e anexos) dando conta do cumprimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: a) tomar conhecimento das medidas adotadas pela Secretaria do Governo, considerando cumprida a diligência; b) determinar diligência junto à Secretaria de Administração, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados na instrução a fls. 110.

PROCESSO Nº 1929/88 - Ofício nº 206/88-GAB/SEA, pelo qual a Secretaria de Administração faz indagação à Corte a respeito do convênio nº 58/83, firmado entre a Secretaria de Administração e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central.- O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, decidiu responder à indagação nos termos sugeridos pela 1a. Inspetoria de Controle Externo a fls. 04.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 1611/87 - Prestação de Contas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, referente ao exercício de 1986.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) julgar regulares as contas dos administradores, autorizando a expedição das respectivas provisões de quitação; b) fazer à entidade as recomendações indicadas no item II da instrução a fls. 124.

PROCESSO Nº 3403/87 - Tomada de contas especial realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens;

PROCESSO Nº 1454/88 - Ofício nº 284/88-DAG/SEP, pelo qual a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal comunica o desaparecimento de bem;

PROCESSO Nº 1705/88 - Tomada de contas do responsável pela Seção de Bens Apreendidos e Documentário Fiscal, referente ao exercício de 1987.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 3398/87 - Tomada de contas especial realizada pela Polícia Militar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 145.

PROCESSO Nº 0572/88 - Tomada de contas especial instaurada pela Secretaria do Governo do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu solicitar da Secretaria do Governo que, no prazo de 15 (quinze) dias, remeta à Corte a tomada de contas especial, tendo em vista que o prazo regimental, prorrogado, se encerrou em 12.06.88.

PROCESSO Nº 0965/88 - NE nº 047/88-CBDF e outras. Aos autos juntou-se expediente da Corporação (O.I. nº 668/88-CBDF e anexos) oferecendo esclarecimentos a respeito de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado expediente, considerando não cumprida a diligência; b) relevar excepcionalmente o descumprimento da diligência pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; c) determinar à Corporação que, no prazo de 20 (vinte) dias, adote as providências indicadas na alínea c da instrução a fls. 46.

PROCESSO Nº 1083/88 - Tomada de contas especial instaurada pela Administração Regional de Taguatinga para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na CSB 01, Lote 04, Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, acolhendo sugestão contida em representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo, decidiu solicitar da Administração Regional de Taguatinga que, no prazo de 20 (vinte) dias, remeta à Corte a tomada de contas especial — alertando-se aquela Administração para o disposto no art. 60 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 1177/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Administração da Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante, para verificar a regularidade de atos relacionados com a receita do órgão.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu fazer àquela Administração as recomendações indicadas na instrução a fls. 15.

PROCESSO Nº 1202/88 - Tomada de contas especial instaurada pela Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, acolhendo sugestão contida em representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo, decidiu solicitar da ASRIA que, no prazo de 10 (dez) dias, remeta à Corte a tomada de contas especial — alertando-se aquela Administração para o disposto no art. 60 do Ato Regimental nº 9/80.

PROCESSO Nº 1219/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Administração do Setor Residencial Indústria e Abastecimento, para verificar a regularidade de atos relacionados com a receita do órgão.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, determinou diligência preliminar para os fins indicados na instrução a fls. 55-56.

PROCESSO Nº 1521/88 - NE nº 312/88-SEP e outras.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando excepcionalmente a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 0380/88 - Contrato nº 050/87 celebrado entre a Fundação Hospitalar do Distrito Federal e a firma ESTANCA - Impermeabilizações Ltda.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do ajuste, considerando correta a classificação da despesa de que trata a NE nº 3721/87, a ele vinculada, bem como de seus 1º e 2º termos aditivos e dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle de sua execução; b) determinar à entidade que adote as providências indicadas na alínea c da instrução a fls. 72, assinando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento; c) ordenar a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0811/88 - Tomada de contas especial instaurada pelo Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Cabine de Som do Autódromo Internacional de Brasília.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu, preliminarmente: a) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na alínea a da instrução a fls. 54; b) ordenar o envio do processo a Secretaria de Finanças para os fins a que se refere a alínea b da proposta do Relator a fls. 56; c) determinar a aplicação da multa prevista no art. 59 do Ato Regimental nº 9/80, na quantia equivalente a 05 (cinco) MVR, ao responsável pela inobservância das recomendações consubstanciadas nos Ofícios GP de nºs 1441 e 1489/87.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE propôs, com o apoio do Plenário, a consignação em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Ministro JOSÉ HUGO CASTELLO BRANCO, ilustre homem público que prestou relevantes serviços ao País; dar-se-á ciência da manifestação da Corte à família enlutada, à Presidência da República e ao Governo do Estado de Minas Gerais.

Às 18:10 horas, de acordo com o art. 43 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral.

JOEL FERREIRA DA SILVA
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
FREDERICO AUGUSTO BASTOS
MARIA JOSÉ GADELHA
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
LINCOLN PINTO DA LUZ

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

HOTÉIS DAS NAÇÕES S.A.
CGC/MF Nº 00.005.827/0001-98
EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE RERRATIFICAÇÃO REALIZADA EM 20 DE JULHO DE 1988

PRESENÇA:

Representantes da totalidade do capital social

MESA:

Sr. Joaquim Alves Barboza — Presidente.

Sr. Joaquim Ferreira Barbosa — Secretário

DELIBERAÇÕES:

1ª — Aprovação das contas da Diretoria, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1987;

2ª — Aprovação da correção da expressão monetária do capital social;

3ª — elevação do capital social com capitalização da correção monetária do capital social, na forma do disposto no art. 167, da Lei nº 6.404/76, para 1.067.000.000 de ações ordinárias nominativas, totalizando Cz$ 1.076.000.000,00 (hum bilhão, sessenta e sete milhões de cruzados);

4ª — eleição do Presidente e Vice-Presidente da Diretoria Executiva, cujo mandato vai até 30.04.89. Foram eleitos os Srs. Joaquim Ferreira Barboza, Diretor Presidente e Luiz Pereira Barbosa, Diretor Vice-Presidente.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, a ata é lida, aprovada e assinada pelos acionistas presentes.

a) Joaquim Alves Barboza, Geraldo Alves Barboza, Joaquim Ferreira Barbosa, Oswaldo Ferreira Barbosa, Antonio Ferreira Barbosa, Armando Pereira Barbosa, Delermando Pereira Barbosa, Miguel Pereira Barbosa, João Pereira Barbosa, Elias Pereira Carrijo, Luiz Pereira Barbosa e Cláudio Furman.

JOAQUIM ALVES BARBOZA
Presidente

JOAQUIM FERREIRA BARBOSA
Secretário

JCDF — AGO 3 1988
16.803

Junta Comercial do Distrito Federal
CERTIDÃO: Certifico que por despacho do Presidente da Junta Comercial do Distrito Federal, fica arquivado e registrado sob o número e data estampados mecânicamente.

(a) PAULO HENRIQUE GOMES DA CRUZ

Secretário-Geral

(DAR — Cz$ 21.930,00)

GRUPO DE MORADORES DO INCRA 09 — DF.
EXTRATO DO ESTATUTO

"O Grupo de Moradores do Incra 09", entidade civil sem caráter lucrativo e com personalidade jurídica própria, reger-se-á pelo presente Estatuto. O Grupo terá por finalidade primordial promover o desenvolvimento da comunidade rural, por meios diretos e indiretos, por intermédio de órgãos particulares ou governamentais. O Grupo terá por sede e foro a região rural Incra 09 — Brazlândia/DF. O Grupo será constituído por um número ilimitado de sócios: Fundadores, Admitidos e Beneméritos. São órgãos do grupo: A Assembléia Geral, Diretoria e o Conselho Fiscal. O Grupo terá a seguinte composição: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros . O grupo terá um Conselho Fiscal com encargos de fiscalizar a sua programação e gestão financeira. O Patrimônio do grupo será constituído de: Contribuição de sócios, subvenções e auxílios, doações e legados, bens e valores adquiridos, rendas eventuais. O grupo somente poderá ser dissolvido: em decorrência de ato legal do poder competente ou por decisão de 2/3 de seus associados manifestada em Assembléia Geral convocada para tal fim. Em caso de dissolução, o patrimônio do grupo reverterá para outro Grupo com fins idênticos segundo proposição em Assembléia Geral. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações do Grupo. Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral Extraordinária. Angelo Eugênio de Carvalho.

(DAR - Cz$ 9.690,00)

ASSOCIAÇÃO POSITIVA DE BRASÍLIA — APB
EXTRATO DO ESTATUTO

DENOMINAÇÃO: ASSOCIAÇÃO POSITIVA DE BRASÍLIA — APB. FINALIDADE: Desenvolvimento do ensino, da cultura, da assistência social com vistas ao aprimoramento do ser humano, no seu todo. TIPO: Sociedade Civil, sem fins lucrativos, de caráter privado. SEDE E DURAÇÃO: Sede e foro em Brasília, e duração por tempo indeterminado. ORGANIZAÇÃO: Assembléia Geral, Diretoria, como órgãos principais. COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA: Diretor, Vice-Diretor, Secretário e Tesoureiro todos com mandato de 4 (quatro) anos. Cabe ao Diretor representar a APB ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, em suas relações com terceiros. ESTATUTO: Reformulação do Estatuto na Assembléia Geral realizada em 29.07.88, votada por maioria dos sócios, entrando em vigor na data de seu registro em cartório competente. RESPONSABILIDADE: Os sócios não respondem, nem subsidiariamente, pelas obrigações sociais. Os sócios, no exercício de suas funções diretas na APB, não percebem remuneração por seus serviços. A APB não distribui dividendos e nem parcelas de seu patrimônio ou de seu superavit a título de lucro ou de participação, e aplica integralmente no país o resultado financeiro de suas atividades na consecução de seus objetivos institucionais. QUADRO SOCIAL: Integrado por sócios efetivos, sócios fundadores, sócios colaboradores. EXTINÇÃO: A dissolução da APB ocorrerá por decisão de 2/3 (dois terços) dos votos dos participantes em Assembléia Geral Extraordinária, convocada para tal finalidade: DIRETORIA: Diretora: Gláucia Oliveira Abreu; Vice-Diretora: Sônia Maria de Loyola Pereira Abreu; Secretária: Maria José Bruno de Abreu; Tesoureiro: Newton Abreu Filho.

Brasília, 23 de agosto de 1988

GLÁUCIA OLIVEIRA ABREU
Diretora
(DAR — Cz$ 19.800,00-2)

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | 1º Termo Aditivo ao Convênio 08/85

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
II) SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA / SESI/DN

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
002484/84	08.08.88	08.08.91	

ESPÉCIE: Prorrogação do Convênio

LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

Este Termo tem por finalidade prorrogar a vigência do Convênio nº 08/85, firmado em 08.08.85 entre o SESI/DN e a FEDF e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal em 30.08.85. x.x.x.xx.x.x.

x

VALOR POR EXTENSO

x

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
FABIO VIEIRA BRUNO	ALBANO DO PRADO PIMENTEL FRANCO
Diretor- Executivo Respondendo	

TESTEMUNHAS

ONEIDA PEREIRA DE ABREU EWALD	ARISTIDES MACEDO DE OLIVEIRA

PUBLICAÇÃO: FEDF

DA. 001.1-1

TERMO PADRÃO

DER DF

01 CONTRATO Nº 019/88 DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

CONTRATANTES
02 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL- DER – DF
AMW CONSTRUÇÕES LTDA.

03 PROCESSO	04 DATA ASSINATURA	05 PRAZO DA OBRA	06 VALOR Cz$
113000633/88	23.08.88	90 DIAS	5.345.800,00

07 OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

1. Os serviços a serem executados consistem de reforma, com fornecimento do material, do prédio da administração do 1º Distrito Rodoviário do DER-DF, situado próximo da entrada de Planaltina - DF, sob o regime de empreitada por preço global.
2. Responsável técnico: Engº WALDIR JOSÉ ASSAD.
3. Fica designado executor do presente Contrato o 1º Distrito Rodoviário do DER-DF.
4. Os preços propostos para execução dos serviços serão reajustados de acordo com a legislação em vigor e decisão do Conselho Rodoviário do Distrito Federal, em sua 949a. Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de janeiro de 1988, de acordo com o Capítulo VI, item 6.1 do Convite nº 054/88.

08 VALOR POR EXTENSO	09 VISTO PARA PUBLICAÇÃO
(CINCO MILHÕES, TREZENTOS E QUARENTA E CINCO MIL E OITOCENTOS CRUZADOS).	

DADOS SOBRE A DESPESA

10 UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: DER - DF

11 PROJETO / ATIVIDADE: DER - 2.049 - Reparos e Conservação de Imóveis.

12 ELEMENTO DE DESPESA	13 FONTE DE RECURSOS
3.1.3.2 - 50	FT - 000 e 004.

NOTA DE EMPENHO

	14 NÚMERO	15 VALOR Cz$
	618/88	5.100.000,00
	619/88	245.800,00

18 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CONVITE Nº 054/88

16	17	19 CAUÇÃO INICIAL	20 REFORÇO DE CAUÇÃO
		GUIA Nº 088/88 Cz$ 267.290,00	

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DOS CONTRATANTES

21 PELO DER-DF
Engº JOSÉ MASCARENHAS FILHO
Diretor Geral do DER-DF

22 PELA EMPREITEIRA
Engº WALDIR JOSÉ ASSAD

TESTEMUNHAS

23	24
Maria de Lourdes S. Vasconcelos	Maria dos Reis C. Pereira

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | CONVÊNIO Nº 22 /88-FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
II) ARCON Comércio e Construções Ltda
(doravante denominada ENTIDADE CONCEDENTE)

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cr$
003628/85-FEDF	16.08.88	05 anos	

ESPÉCIE: ESTÁGIO EM EMPRESAS

LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

O objetivo deste convênio é a realização de estágios curriculares de estudantes do ensino de 2º grau da rede oficial do Distrito Federal, em dependências da ENTIDADE CONCEDENTE, conforme a Lei nº 6.494, de 7.12.77, regulamentada pelo Decreto nº 87.497, de 18.08.82, com o fim de proporcionar complementação educacional e experiência prática na área de formação.

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cr$	NÚMERO	VALOR Cr$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
FABIO VIEIRA BRUNO	DIRETOR ADMINISTRATIVO TADEU RORIZ DE ARAÚJO
Diretor -Executivo Respondendo	Chefe de Pessoal ABEL LOPES PRINO

TESTEMUNHAS

Oneida Pereira de Abreu Ewald	Walter Gomes de Sousa

APROVADO PELA RESOLUÇÃO Nº 1541, de 30.10.85, DO CONSELHO DIRETOR DA FEDF.
PUBLICAÇÃO: FEDF

COMA

DA. 001.1-1

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF

TERMO DE AJUSTES – TAJ | CONVÊNIO Nº 25 /88-FEDF

PARTES
I) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL – FEDF
II) ESCOLA DA AÇÃO SOCIAL DO PLANALTO - EASP

PROCESSO	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA ATÉ	VALOR Cz$
082.008122/86	19.08.88	31.12.89	

ESPÉCIE: Manutenção do Ensino Profissonal

LICITAÇÃO:

OBJETO E CONDIÇÕES ESPECIAIS

O objetivo deste convênio é o de manter em pleno funcionamento, na Escola da Ação Social do Planalto - EASP, o ensino de iniciação profissional a nível de 1º grau, para alunos da rede oficial de ensino do Distrito Federal, na faixa etária de 12 a 17 anos, em regime de intercomplementaridade. .x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x.x

x
x
x
x

VALOR POR EXTENSO

DADOS SOBRE A DESPESA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

PROJETO/ATIVIDADE | TAXA DE ADM. %

ELEMENTO DE DESPESA | FONTE DE RECURSOS

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO	VALOR Cz$	NÚMERO	VALOR Cz$

ASSINATURA DOS REPRESENTANTES DAS PARTES E/OU INTERVENIENTES

I)	II)
FABIO VIEIRA BRUNO	TERESA SOCORRO NOGUEIRA MACEDO
Diretor- Executivo Respondendo	Presidente da EASP

TESTEMUNHAS

AGUIDA MARIA VITOR	ARISTIDES MACEDO DE OLIVEIRA

PUBLICAÇAO:FEDF

COMA

OK BENFICA

Cia de Crédito, Financiamento e Investimento

CRS 514 Bloco "B", nº 59 – 1º Andar – BRASÍLIA-DF

Carta-Patente: 0007581/82 CGC nº 00.689.364/0001-20 (MATRIZ E AGÊNCIA)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 de JUNHO DE 1988

– Em Cz$ mil –

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	112.865	**CIRCULANTE**	12.597
DISPONIBILIDADES	3.071	RECURSOS DE ACEITES, EMISSÃO OU ENDOSSO DE TÍTULOS	9.793
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22.982	Recursos de Aceites Cambiais	9.793
Carteira Própria	22.982	OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.804
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	86.449	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	281
Empréstimos, Títulos Descontos e Financiamentos – Setor Privado	87.638	Fiscais e Previdênciárias	241
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.189)	Diversas	2.282
OUTROS CRÉDITOS	180		
Diversos	180	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	101.892
OUTROS VALORES E BENS	183	Capital:	
Despesas Antecipadas	183	De Domiciliados no País	72.147
		Correção Monetária do Capital	93.192
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	–	Lucros Ou Prejuízos Acumulados	(63.447)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	62		
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos-Setor Privado	62		
Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa	(62)		
PERMANENTE	1.624		
INVESTIMENTOS	291		
Outros Investimentos	1.493		
Provisão Para Perdas	(1.202)		
IMOBILIZADO DE USO	1.333		
Outras Imobilizações de Uso	2.459		
Depreciações Acumuladas	(1.126)		
TOTAL DO ATIVO	114.489	**TOTAL DO PASSIVO**	114.489

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 1988

– Em Cz$ mil –

RECEITAS OPERACIONAIS	67.700
Rendas de Operações de Crédito	46.925
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	9.335
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	10.555
Reversão de Provisões	556
Outras Receitas Operacionais	329
DESPESAS OPERACIONAIS	13.922
Despesas de Captação	293
Despesas de Honorários – Diretoria e Conselho de Administração	195
Despesas de Pessoal – Proventos, Benefícios, Treinamento e Encargos Sociais	1.358
Outras Despesas Administrativas	10.333
Aprovisionamento e Ajustes Patrimoniais	1.335
Outras Despesas Operacionais	408
RESULTADO OPERACIONAL	53.778
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	279
DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	77
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	202
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	(52.742)
IMPOSTO DE RENDA	–
LUCRO LÍQUIDO	1.238

Nº de ações:	72.147.000
Lucro por ação:	Cz$ 0,0172

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios do Plano Contábil das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento – COFIN e estão sendo apresentadas de conformidade com as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Em cumprimento às disposições contidas na Circular nº 1.273/87, do Banco Central do Brasil, não estão sendo divulgadas nas demonstrações financeiras, ora publicadas, a comparabilidade com períodos anteriores e a demonstração das origens e aplicações de recursos.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis para escrituração das operações adotadas pela instituição, emanam da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil, dentre as quais destacamos:

a) **Títulos e Valores Mobiliários**
Os Títulos e Valores Mobiliários estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescido dos encargos até a data do balanço.

b) **Operações de Crédito**
As Operações de Crédito são contabilizadas pelo valor principal, acrescido dos encargos pertinentes e retificados pelas Rendas a Apropriar e pela Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa.

c) **Provisão Para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa**
Constituída no montante de Cz$ 1.251 mil, com base na análise da carteira e normas do Banco Central do Brasil, considerada suficiente para cobertura de eventuais perdas desses créditos.

d) **Investimentos**
Os investimentos foram avaliados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente e deduzidos da provisão para perdas.

e) **Imobilizado**
Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido da correção monetária. A depreciação é calculada pelo método linear utilizando-se das taxas admitidas pela legislação vigente.

f) **Correção Monetária**
Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras foram reconhecidos através da correção monetária das contas integrantes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido com base na variação nominal da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), sendo o montante líquido dessa correção de Cz$ 52.742 mil, apropriado ao resultado do semestre.

g) **Provisão Para Férias e 13º Salário**
Constituídas com base no direito adquirido até a data do balanço, acrescidas dos encargos sociais pertinentes.

h) **Recursos de Aceites Cambiais**
Demonstrado pelo valor do principal acrescido dos encargos até a data do balanço.

3. CAPITAL SOCIAL

Representado por 72.147.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de Cz$ 1,00 cada uma, todas com direito a voto.

4. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Referem-se basicamente a alteração de taxa de depreciação (Cz$ 160 mil) e acerto de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Cz$ 70 mil), conforme Circular nº 1.288 do Banco Central do Brasil.

Brasília, 30 de junho de 1988.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE: 01.01.88 à 30.06.88

– Em Cz$ mil –

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL SOCIAL	CORREÇÃO MONETÁRIA		
SALDOS EM 1º.01.88	12.691	42.856	(25.209)	30.338
1. AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	–	–	(90)	(90)
2. AUMENTO DE CAPITAL (AGO/AGE DE 29.04.88)	59.456	(42.856)	–	16.600
3. CORREÇÃO MONETÁRIA	–	93.191	(39.385)	53.806
4. LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	–	–	1.238	1.238
SALDOS EM 30.06.88	72.147	93.191	(63.446)	101.892
MUTAÇÕES DO PERÍODO	59.456	50.335	(38.237)	71.554

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Diretores e Acionistas da
OK BENFICA CIA. DE CRÉDITO
FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO
Brasília – DF.

Examinamos as demonstrações financeiras da OK BENFICA CIA. DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em 30 de junho de 1988, relativas ao semestre findo nessa data, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Nossos exames foram efetuados de conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.

Em nossa opinião, considerando o mencionado na nota explicativa nº 1.b, as demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo anterior, lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações da OK BENFICA CIA. DE CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em 30 de junho de 1988, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em bases uniformes.

Brasília, 22 de julho de 1988

CAMPIGLIA, BIANCHESSI
& CIA. AUDITORES
CRCSP 756/T/RS"S"DF

José Aparecido Maion
Contador CRCSP 117.681-S-DF-656

Lino Martins Pinto (Diretor Presidente)	Luiz Estevão de Oliveira Neto (Diretor Superintendente)	Jairo Torres (Diretor)	Manuel Ferreira Gomes Téc. Cont. CRC-PE 1615-T-DF.

(DAR-CZ$61.200,00)

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA COLÔNIA AGRÍCOLA BURITI VERMELHO EXTRATO DO ESTATUTO

"Associação Comunitária Buriti Vermelho", entidade civil sem caráter lucrativo e com personalidade jurídica própria, reger-se-á pelo presente Estatuto. Terá por finalidade primordial promover o desenvolvimento da comunidade rural, por meios diretos e indiretos, por intermédio de órgãos particulares ou governamentais. A Associação terá por sede e foro a Colônia Agrícola Buriti Vermelho Planaltina/DF. Será constituída por um número ilimitado de sócios: Fundadores, Admitidos e Beneméritos. São órgãos da Associação: a Assembléia Geral, a Diretoria e o Conselho Fiscal. Composição da Diretoria: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Associação terá um Conselho Fiscal com encargos de fiscalizar a sua programação e gestão financeira. O Patrimônio da Associação será constituído de: Contribuição de sócios, subvenções e auxílios, doações e legados, bens e valores adquiridos, rendas eventuais. A Associação somente poderá ser dissolvida em decorrência do ato legal do poder competente ou por decisão de 2/3 de seus associados manifestada em Assembléia Geral convocada para tal fim. Em caso de dissolução, o seu patrimônio reverterá para outra Associação com fins idênticos segundo proposição em Assembléia Geral. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral Extraordinária. Luiz Gonzaga da Silva

(DAR-Cz$ 9.690,00)

OK BENFICA

Cia Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

MATRIZ SCS Q. 06 BLOCO "A" LOJA 197 – BRASÍLIA DF.
CARTA PATENTE: A-68/993 CGC Nº: 33.829.953/0001-16

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 1988

– Em Cz$ mil –

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	10.431	**CIRCULANTE**	4.182
DISPONIBILIDADES	803	OUTRAS OBRIGAÇÕES	4.182
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	4.611	Fiscais e Previdenciárias	107
Aplicações no Mercado Aberto	4.611	Negociação e Intermediação de Valores	3.205
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	3.350	Diversas	870
Carteira Própria	3.410		
PROVISÕES PARA DESVALORIZAÇÕES	(60)	**PERMANENTE**	6.895
OUTROS CRÉDITOS	1.658	Capital:	
Rendas a Receber	5	De Domiciliados no País	13.207
Negociação e Intermediação de Valores	1.455	Correção Monetária do Capital	18.140
Diversos	198	*Lucros ou Prejuízos Acumulados*	(24.452)
OUTROS VALORES E BENS	9		
Despesas Antecipadas	9		
PERMANENTE	646		
INVESTIMENTOS	115		
Outros Investimentos	524		
Provisão para Perdas	(409)		
IMOBILIZADO DE USO	531		
Outras Imobilizações de Uso	762		
Depreciações Acumuladas	(231)		
TOTAL DO ATIVO	11.077	**TOTAL DO PASSIVO**	11.077

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 1988

– Em Cz$ mil –

RECEITAS OPERACIONAIS	7.212
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.790
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	813
Resultado de Transações com Títulos e Valores Mobiliários	226
Rendas de Prestação de Serviços	567
Reversão de Provisões	378
Outras Receitas Operacionais	2.438
DESPESAS OPERACIONAIS	4.150
Despesas de Pessoal – Proventos, Benefícios, Treinamento e Encargos Sociais	1.448
Outras Despesas Administrativas	2.619
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	39
Outras Despesas Operacionais	44
RESULTADO OPERACIONAL	3.062
RECEITAS NÃO OPERACIONAIS	173
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	173
RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	(2.341)
IMPOSTO DE RENDA	–
LUCRO LÍQUIDO	894
Nº de ações:	13.207.000
Lucro por ações:	0,0677

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios do Plano Contábil das Sociedades Distribuidoras – CODIS e estão sendo apresentadas de conformidade com as disposições do Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.
b) Em cumprimento às disposições contidas na Circular nº 1.273/87, do Banco Central do Brasil, não estão sendo divulgadas nas demonstrações financeiras, ora publicadas, a comparabilidade com períodos anteriores e a demonstração das origens e aplicações de recursos.

2. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis para escrituração das operações adotadas pela instituição, emanam da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil, dentre as quais destacamos:

a) **Títulos e Valores Mobiliários**
Renda Fixa – demonstrada pelo valor da aplicação acrescido dos encargos até a data do balanço.
Renda Variável – demonstrada pelo valor de custo e deduzida da provisão para desvalorização.
b) **Investimentos**
Os investimentos foram avaliados ao custo de aquisição, corrigidos monetariamente e deduzidas da provisão para perdas.
c) **Imobilizado**
Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido da correção monetária. A depreciação é calculada pelo método linear, utilizando-se das taxas admitidas pela legislação vigente.
d) **Correção Monetária**
Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras foram reconhecidos através da correção monetária das contas integrantes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido com base na variação nominal da OTN (Obrigação do Tesouro Nacional), sendo o montante líquido dessa correção de Cz$ 2.341 mil, apropriado ao resultado do semestre.
c) ***Provisão Para Férias e 13º Salário***
Constituídas com base no direito adquirido até a data do balanço, acrescidas dos encargos sociais pertinentes.

3. CAPITAL SOCIAL

Representado por 13.207.000 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de Cz$ 1,00 cada uma, todas com direito a voto.

4. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) **Compromissos e Responsabilidades**
Em 30.06.88 a Distribuidora era responsável por Cz$ 4.197.817 mil, decorrentes de valores custodiados em Bolsa de Valores.
b) **Outras Rendas Operacionais**
Refere-se ao ressarcimento de valores (Cz$ 2.367 mil), originário do processo de aquisição desta Distribuidora.

Brasília, 30 de junho de 1988.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE: 01.01.88 à 30.06.88 – Em Cz$ mil –

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS
	CAPITAL SOCIAL	CORREÇÃO MONETÁRIA		
SALDOS EM 1º.01.88	2.537	8.570	(9.913)	1.194
1. AUMENTO DE CAPITAL (AGO/AGE DE 29.04.88)	10.670	(8.570)	–	2.100
2. CORREÇÃO MONETÁRIA	–	18.141	(15.433)	2.708
3. LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	–	–	894	894
SALDOS EM 30.06.88	13.207	18.141	(24.452)	6.896
MUTAÇÕES DO PERÍODO	10.670	9.571	(14.539)	5.702

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Diretores e Acionistas da
OK BENFICA CIA. DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
Brasília – DF.

Examinamos as demonstrações financeiras da OK BENFICA CIA. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS em 30 de junho de 1988, relativas ao semestre findo nessa data, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Nossos exames foram efetuados de conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
Em nossa opinião, considerando o mencionado na nota explicativa nº 1.b, as demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo anterior, lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente a posição financeira e o resultado das operações da OK BENFICA CIA. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS em 30 de junho de 1988, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em bases uniformes.

Brasília, 22 de julho de 1988

CAMPIGLIA, BIANCHESSI
& CIA. AUDITORES
CRCSP 756/T/RS"S"DF

José Aparecido Maion
Contador CRCSP 117.681-S-DF-656

Lino Martins Pinto
(Diretor Presidente)

Luiz Estevão de Oliveira Neto
(Diretor Superintendente)

Jairo Torres
(Diretor)

Manuel Ferreira Gomes
Téc. Cont. CRC-PE 1615-T-DF.

(DAR-CZ$48.960,00)

ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO NÚCLEO RURAL CARIRU EXTRATO DO ESTATUTO

A "Associação dos Moradores do Núcleo Rural Cariru", entidade civil sem caráter lucrativo e com personalidade jurídica própria reger-se-á pelo presente Estatuto. A Associação terá por finalidade primordial promover o desenvolvimento da comunidade rural, por meios diretos e indiretos, por intermédio de órgãos particulares ou governamentais. A Associação terá sede e foro o Núcleo Rural Cariru/Planaltina-DF. A Associação será constituída por um número ilimitado de sócios: Fundadores, Admitidos e beneméritos. São órgãos da Associação: A Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. A Associação terá a seguinte composição: Presidente, Vice Presidente, 1º e 2º Secretários, 1º e 2º Tesoureiros. A Associação terá um Conselho Fiscal com encargos de fiscalizar a sua programação e gestão financeira. O Patrimônio da Associação será constituído de: Contribuição de Sócios, Subvenções e auxílios, doações e legados, bens e valores adquiridos, rendas eventuais. A Associação poderá ser dissolvida em decorrência do ato legal do poder competente ou por decisão de 2/3 de seus associados manifestada em Assembléia Geral convocada para tal fim. Em caso de dissolução, o patrimônio da Associação reverterá para outra associação com fins idênticos segundo proposição em Assembléia Geral. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações da Associação. Os casos omissos neste estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral Extraordinária. Jorge Martins dos Santos.

(DAR — Cz$ 10.200,00)

TV STUDIOS DE BRASÍLIA S/C LTDA EXTRATO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

SENOR ABRAVANEL e ELEAZAR PATRICIO DA SILVA, únicos sócios da sociedade civil por Cotas de Responsabilidade Limitada TV STUDIOS DE BRASÍLIA S/C LTDA, de comum acordo resolvem: Elevar o capital social para Cz$ 19.362.000,00 alterando-se apenas o valor nominal das cotas de Cz$ 6,32 para Cz$ 27,66 cada uma. Ratificar as demais cláusulas e condições do contrato social não abrangidas pela presente alteração.

(DAR — Cz$ 4.590,00)

EXTRATO DE ABREU & ABREU

As sócias GLÁUCIA OLIVEIRA ABREU e SÔNIA MARIA DE LOYOLA PEREIRA ABREU, em comum acordo, decidem promover seu distrato. Os sócios na assinatura deste instrumento, se dão mútua, rasa e geral quitação. A extinção se dá de acordo com os termos do artigo 15 do Estatuto da ASSOCIAÇÃO POSITIVA DE BRASÍLIA — APB.

Brasília-DF. 30 de maio de 1988

GLÁUCIA OLIVEIRA ABREU

SÔNIA MARIA DE LOYOLA PEREIRA ABREU

(DAR - Cz$ 19.800,00-2)

BANCO DE INVESTIMENTOS OK S.A.

CRS 514 BLOCO "B" Nº 59 - 1º ANDAR - SALA 102 - BRASÍLIA - DF

Carta Patente: 7725709/87 CGC Nº 03.626.082/0001-72

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 1988 – Em Cz$ Mil

ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE	**55.776**	**CIRCULANTE**	**154**
DISPONIBILIDADES	80	OUTRAS OBRIGAÇÕES	154
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	3.437	Fiscais e Previdenciárias	57
Aplicações no Mercado Aberto	3.437	Diversas	97
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	52.258		
Carteira Própria	52.258	**EXIGÍVEL A LONGO PRAZO**	**751.039**
OUTROS CRÉDITOS	1	OUTRAS OBRIGAÇÕES	751.039
Diversos	1	Diversas	751.039
PERMANENTE	**750.231**	**PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**54.814**
DIFERIDO	750.231	Capital:	
Gastos de Organização e Expansão	750.231	De Domiciliados no País	40.439
		Capital a Realizar	(19.000)
		Correção Monetária do Capital	33.375
TOTAL DO ATIVO	**806.007**	**TOTAL DO PASSIVO**	**806.007**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO DE: 01.01.88 à 30.06.88 – Em Cz$ mil –

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		TOTAIS
	CAPITAL SOCIAL	CORREÇÃO MONETÁRIA	
SALDOS EM 1º.01.88	19.000	2.439	21.439
1. AUMENTO DE CAPITAL (AGO/AGE DE 29.04.88)	2.439	(2.439)	–
2. CORREÇÃO MONETÁRIA	–	33.375	33.375
SALDOS EM 30.06.88	21.439	33.375	54.814
MUTAÇÕES DO PERÍODO	2.439	30.936	33.375

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco de Investimentos OK S/A, foi constituído em 04 de novembro de 1987, com reconhecimento e homologação do Banco Central do Brasil, conforme expediente DEORC/DIVRO nº 87/166 de 11.11.87. Tem por objeto a prática de operações de participação ou de financiamento a prazos médios e longo, para suprimento oportuno e adequado de recursos necessários à formação de capital fixo, ou de movimento de empresas do setor privado, mediante aplicação de recursos próprios e coleta, intermediação e aplicação de recursos de terceiros e demais atividades permitidas às Sociedades da espécie. Atualmente, encontra-se em fase pré-operacional.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os critérios do Plano Contábil dos Bancos de Investimento – COBIN e estão sendo apresentadas de conformidade com as disposições do Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Em cumprimento às disposições contidas na Circular nº 1.273/87, do Banco Central do Brasil, não estão sendo divulgadas nas demonstrações financeiras, ora publicadas, a comparabilidade com períodos anteriores e a demonstração das origens e aplicações de recursos.

3. DIRETRIZES CONTÁBEIS

As principais diretrizes contábeis para escrituração das operações adotadas pela instituição, emanam da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil, dentre as quais destacamos:

a) **Títulos e Valores Mobiliários**
Os Títulos e Valores Mobiliários estão demonstrados pelo valor de aplicação, acrescido dos encargos até a data do balanço.

b) **Diferido**
O Ativo Diferido está registrado ao custo de aquisição, acrescido da correção monetária. Sua Amortização é prevista em prazo inferior a 10 anos.

c) **Outras Obrigações**
Representada basicamente por Contrato de Cessão de Créditos e Direitos firmado com o Banco Central do Brasil, em 05 de novembro de 1987, referente a Direitos ao Exercício de Atividades Financeiras, no valor de Cz$ 250.229.619,63 a ser pago no prazo de 06 (seis) anos, em 09 (nove) prestações semestrais consecutivas, a partir de 05.11.89, incidindo juros de 6% a.a. sobre o valor corrigido. As garantias são representadas pelo aval do Interveniente – Garante, OK Benfica Companhia Nacional de Pneus, em notas promissórias que poderão ser substituídas por outras garantias reais ou fidejussórias.

d) **Correção Monetária**
Os efeitos da inflação sobre as demonstrações financeiras foram reconhecidos através da correção monetária das contas integrantes do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido com base na variação nominal da OTN – Obrigação do Tesouro Nacional.

4. DIFERIDO

	em Cz$ mil
Direitos ao Exercício de Atividades Financeiras	721.902
Instalação e Reestruturação da Sociedade	28.329
TOTAL	750.231

5. CAPITAL SOCIAL

Representado por 4.043.900 ações ordinárias nominativas, no valor de Cz$ 10,00 cada uma, todas com direito a voto.

Brasília, 30 de junho de 1988.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Diretores e Acionistas do
BANCO DE INVESTIMENTOS OK S/A.
BRASÍLIA – DF.

Examinamos as demonstrações contábeis do BANCO DE INVESTIMENTOS OK S/A em 30 de junho de 1988, compreendendo o Balanço Patrimonial e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. Nossos exames foram efetuados de conformidade com as normas de auditoria geralmente aceitas e, consequentemente, incluíram as provas nos registros contábeis e outros procedimentos de auditoria que julgamos necessários nas circunstâncias.
Em nossa opinião, considerando o mencionado na nota explicativa nº 1.b, as demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo anterior, lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, representam adequadamente a posição financeira do BANCO DE INVESTIMENTOS OK S/A em 30 de junho de 1988, de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados em bases uniformes.

CAMPIGLIA, BIANCHESSI & CIA. AUDITORES
CRCSP 756/T/RS"S"DF

Brasília, 22 de julho de 1988

José Aparecido Maion
Contador CRCSP 117.681-S-DF-656

Lino Martins Pinto (Diretor Presidente)

Luiz Estevão de Oliveira Neto (Diretor Superintendente)

Jairo Torres (Diretor)

Manuel Ferreira Gomes
(Téc. Cont. CRC - PE 1615 - T-D.F.)

(DAR-CZ$40.800,00)

SÉTIMO TERMO ADITIVO COM O OBJETIVO DE SUPLEMENTAR RECURSOS, AO CONVÊNIO Nº 002/87, CELEBRADO ENTRE A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL E A COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO MUSEU DO ÍNDIO, EM BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, NA FORMA ABAIXO:

A FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, neste ato representada pelo seu Presidente, D'ALEMBERT JORGE JACCOUD e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente, LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE e pelo seu Diretor Administrativo-Financeiro, MARCOS DECAT FRANÇA, na conformidade do disposto na Lei nº 5.861, de 12 de dezembro de 1972, atual Estatuto Social e de acordo com a autorização dada pela Diretoria da NOVACAP em sua 2.307ª Sessão, realizada em 08.08.88, resolvem firmar o presente Termo Aditivo, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Por este Termo, fica aditado, com o objetivo de suplementar recursos, ao Convênio nº 002/87, celebrado entre a FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL e a COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL — NOVACAP, objetivando a execução dos serviços de construção do MUSEU DO ÍNDIO, em Brasília, Distrito Federal, que passa a denominar-se MUSEU DE ARTE MODERNA DE BRASÍLIA.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor estabelecido para o Convênio ora aditado é de Cz$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzados), perfazendo o total global do Convênio em Cz$ 163.703.475,63 (Cento e sessenta e três milhões, setecentos e três mil, quatrocentos e setenta e cinco cruzados e sessenta e três centavos), recursos provenientes da FUNDAÇÃO CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL, conforme Nota de Empenho nº 0445/88-FCDF.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio Principal, firmado entre as partes em 30 de junho de 1987.

CLÁUSULA QUARTA

As despesas com a publicação da matéria no Diário Oficial do Distrito Federal, correrão às expensas da NOVACAP.

CLÁUSULA QUINTA

Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir qualquer dúvida relativa ao cumprimento do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam com as testemunhas a seguir nomeadas, este Termo que depois de lido e achado conforme, foi lavrado em 02 (duas) vias datilografadas de igual teor e forma, por um único efeito legal.

Brasília-DF, 19 de agosto de 1988
PELA FUNDAÇÃO: D'ALEMBERT JORGE JACCOUD
PELA NOVACAP: LUIZ HENRIQUE FREIRE DUARTE e MARCOS DECAT FRANÇA

TESTEMUNHAS:
ANTONIO AUGUSTO ARAÚJO PIRES
MARIA INEZ DOS SANTOS PINTO

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

COMPANHIA DO DESENVOLVIMENTO DO PLANALTO CENTRAL
AVISO
COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 004/88

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Operação e Manutenção Preventiva e Corretiva das Instalações Elétricas, Hidráulicas, Exaustores, "NO BREAK", Baterias, Estabilizadores, Alarme e Detecção de Incêndio, Montacarga, Forro Metálico, Piso Elevado e Limpeza Física das Instalações e dos Equipamentos de Apoio e Processamento de Dados da Diretoria de Informática e Todas as Centrais de Ar-Condicionado do Edifício-Sede da CODEPLAN.
DATA: 12 de setembro de 1988

LOCAL: SIG-SUL Quadra 04 - Lote 675
LOCAL: SIG-SUL Quadra 04 - Lote 675
HORÁRIO: 10 horas.
EDITAL: Encontra-se afixado no quadro de aviso da empresa, no andar térreo, do endereço acima.

Os interessados que desejarem cópia do presente Edital serão atendidos, pela Comissão de Licitação, na sala 405 — 4º andar do Edifício-Sede, mediante a apresentação do Recolhimento, na Tesouraria doa Companhia, da Taxa de 02 (duas) OTN's.

JOSÉ PORPHÍRIO A. DE MIRANDA
Presidente da
Comissão de Licitação
(Dias 29, 30 e 31)

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
CORPO DE BOMBEIROS DO DISTRITO FEDERAL

AVISO

O Presidente da Comissão de Licitação do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal torna público que a Tomada de Preços nº 034/88, visando aquisição de Peças e Acessórios Comuns a Várias Linhas de Veículos, para o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, com a abertura marcada para às 09:00 horas do dia 26 de agosto do ano em curso conforme fez público o Diário Oficial do Distrito Federal, do dia 09 de agosto de 1988, a mesma foi adiada para às 09:00 horas do dia 02 de setembro do ano em curso, por Conveniência Administrativa.

JOSÉ DA SILVA BOTELHO
TEN CEL BM

Presidente da
Comissão de Licitação

SINDICATO DOS ADMINISTRADORES NO DISTRITO FEDERAL
LEI 7.321, de 13.06.85
D.O.U. 14.06.85

Eleições Sindicais

AVISO DE REGISTRO DE CHAPA

Em cumprimento ao disposto no art. 21, item III, da Portaria nº 3.437, de 20 de dezembro de 1974, comunico que foi registrada em 19.08.88, a Chapa abaixo para concorrer à Eleição a que se refere o AVISO, publicado no DODF de 08.08.88, correndo a partir da data da publicação deste, o prazo de 05 (CINCO) dias para impugnação: DIRETORIA: Efetivos: JOAQUIM DOS SANTOS BRAGA NETO, PAULO MONTEIRO DE SOUSA FILHO, ANTONIO FERREIRA DE MIRANDA, JOSÉ AUGUSTO LAGE RIBEIRO e MANOEL DE QUEIROZ MONTEIRO — Suplentes: MESSIAS FERNANDES MOTA e HEBERT NUNES BONFIM — CONSELHO FISCAL — Efetivos: FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA LIMA QUARESMA; JOSÉ COLOMBO DE SOUZA FILHO e MAGNO RIBEIRO DA CRUZ — Suplentes: MARIA DILMA DE FARIA e GENILZA CASEMIRO LOURENÇO — DELEGADOS REPRESENTANTES — Efetivos: JOAQUIM DOS SANTOS BRAGA NETO e JOSÉ COLOMBO DE SOUZA FILHO — Suplentes: FRANCISCO JOSÉ DA CUNHA LIMA QUARESMA e JOSÉ AUGUSTO LAGE RIBEIRO.

Brasília, DF, 25 de agosto de 1988

JOSÉ COLOMBO DE SOUZA FILHO
Presidente

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO
FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO DISTRITO FEDERAL
JARDIM ZOOLÓGICO
SERVIÇO DE APRENSÃO DE ANIMAIS
AVISO Nº 07/88-SEAA/JZ

O Chefe do serviço de Aprensão de Animais, de acordo com o que determina o regulamento deste Serviço, "AVISA" que se encontram apreendidos no Depósito, em frente ao DERMA—FZDF-Velhacap, situada à margem esquerda da estrada que dá acesso à Cidade Satélite do Núcleo Bandeirante — DF, animais da espécie, equina:" sendo 04 (quatro) cavalos e 01 (uma) égua, com diferentes marcas que poderão ser retirados por seus legítimos proprietários, dentro de 72 (setenta e duas) horas, a contar da data da publicação deste, mediante prova de identidade que poderá ser testemunhal.

Expirado o prazo, os animais serão considerados abandonados e proposto ao Chefe do Jardim Zoológico a sua utilização ou alienação, conforme o art. 11º do capítulo 2 deste Serviço.

Brasília, 23 de agosto de 1988

HAILTON PACHÊCO CAVALCANTE

SECRETARIA DE SAÚDE
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Chamamos a atenção dos interessados para as licitações abaixo:

TOMADA DE PREÇOS Nº 225/88 — Aquisição de albumina humana 20% — 50ml.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 7.500.000,00 (sete milhões e quinhentos mil cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura
DIA DA ABERTURA: 13.09.88, às 16:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 226/88 — Aquisição de nota de empenho — mod. 84.60.
DIA DA ABERTURA: 14.09.88, às 10:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 227/88 — Prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva e assistência técnica em 01 equipamento para exames radiológicos gerais marca PHILLIPS.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados) realizado e integralizado até a data de abertura.
DIA DA ABERTURA: 14.09.88, às 16:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS 228/88 — Aquisição de osciloscópio duplo traço 20MHz lmV/div — mod. MO-1220 Minipa ou similar e outros, perfazendo o total de 08 itens.

CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura.
DIA DA ABERTURA: 16.09.88, às 09:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 229/88 — Aquisição de tinta acrilex para serigrafia-sintética — cor vermelho rubi ou similar e outros, perfazendo o total de 17 itens.
DIA DA ABERTURA: 16.09.88, às 09:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 230/88 — Aquisição de laringoscópio adulto-cabo de metal recartilhado com tampa de rosca e mola em aço inoxidável, para pilhas médias; 3 lâminas de aço inoxidável em peça única, com extremidade distal de formato redondo etc. e outros, perfazendo o total de 10 itens.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 130.000,00 (cento e trinta mil cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura.
DIA DA ABERTURA: 16.09.88, às 10:00 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 231/88 — Aquisição de Mocho giratório com armação tubular, altura regulável, com tampa de aço inox e outros, perfazendo o total de 16 itens.
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura.
DIA DA ABERTURA: 16.09.88, às 14:30 horas.

TOMADA DE PREÇOS Nº 232/88 — Aquisição de peças para respiradores BENNETT MA adulto e infantil, no total de 34 itens
CAPITAL SOCIAL MÍNIMO EXIGIDO: Cz$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil cruzados), realizado e integralizado até a data de abertura.
DIA DA ABERTURA: 16.09.88, às 15:30 horas.

Outras exigências estão contidas no Edital à disposição dos interessados no Edifício Pioneiras Sociais SMHS Q. 301, Sala 705, nos horários de 09:00 às 11:00 e de 14:00 às 16:00 horas.

Brasília, 25 de agosto de 1988

MARILDA ROSA NUNES
Presidente

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO
SELEÇÃO RETRITA
NR. 075/88 — 320.0

SR 075/88-320.0
OBJETO: CABOS TELEFÔNICOS
DATA DE ABERTURA: 12.09.88
HORA: 15:00 horas

Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da Licitação no SIA/SUL Área de Serviços Públicos, Conjunto "D" — Brasília-DF, no horário das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fones: 061-105-2646/105-2249. Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas do Sistema Telebrás, complementado pelo Manual de Licitação, Contratação e Alienação da Telebrasília.
Brasília-DF, 26 de agosto de 1988

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
(DAR — Cz$ 41.310,00-2)
(DIAS 26, 29 e 30)

TELECOMUNICAÇÕES DE BRASÍLIA S/A
TELEBRASÍLIA
AVISO DE LICITAÇÃO

SELEÇÕES RESTRITAS NR's 076/077/88 — 320.0

SR 076/88 — 320.0
OBJETO: GRAVADOR DE STÊNCIL ELETRÔNICO, MIMEOGRÁFO ELÉTRICO.
DATA DA ABERTURA: 13.09.88
HORA: 15:00

SR 077/88 — 320.0
OBJETO: IMPRESSORA EMÍLIA PC E IMPRESSORA DIANA-300CPS
DATA DE ABERTURA: 14.09.88
HORA: 15:00
Editais completos e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no local da Licitação no SIA/SUL Área de Serviços Públicos, Conjunto "D" — Brasília-DF, no horário das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas — Fone: 061 — 105-2249/2618. Regulamento de Licitações e Contratos das Empresas do Sistema Telebrás, complementado pelo Manual de Licitação, Contratação e Alienação da Telebrasília.
Brasília-DF, 26 de agosto de 1988 — COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
(DAR — Cz$ 41.310,00-2)
(Dias 26, 29 e 30)

BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS GERAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
EDITAL Nº 88/019
(EM RESUMO)

O BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A., por sua Comissão de Licitação, fará realizar no dia 12 de setembro de 1988, às 16:00 horas, na sala de licitações do Departamento de Serviços Gerais, situada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Tomada de Preços para aquisição de 50 (cinqüenta) máquinas de escrever manuais,

Maiores esclarecimentos poderão ser conseguidos no Departamento de Serviços Gerais — endereço acima, onde também poderá ser adquirida cópia do inteiro teor deste Edital nos horários de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

Brasília-DF, 24 de agosto de 1988

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
(Dias 26 e 29)

BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A.
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS E SERVIÇOS GERAIS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS GERAIS
EDITAL Nº 88/020
(EM RESUMO)

O BRB — BANCO DE BRASÍLIA S.A., por sua Comissão de Licitação fará realizar no dia 13 de setembro de 1988, às 16:00 horas, na sala de licitações do Departamento de Serviços Gerais, situada no SBS, Quadra 01, Bloco "E", Edifício Brasília, 16º andar, Tomada de Preços para confecção de formulário tipo contínuo.

Maiores esclarecimentos poderão ser conseguidos no Departamento de Serviços Gerais — endereço acima, onde também poderá ser adquirida cópia do inteiro teor deste Edital nos horários de 10:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas.

Brasília-DF, 24 de agosto de 1988

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO
(Dias 26 e 29)

SABEP — SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CGC-MF Nº 00.479.659/0001-72
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os acionistas de SABEP — SÃO BENTO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A., convocados a comparecerem às Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária a se realizarem no próximo dia 06 de setembro de 1988, às 09:00 horas, em primeira convocação, na sede social da firma IRFASA S.A., — CONSTRUÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, sita no IAS, Trecho 04, nº 930, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) Ré-ratificação das Demonstrações Financeiras dos exercícios findos encerrados em 31.12.83, 31.12.84, 31.12.85, 31.12.86 e 31.12.87; b) Deliberação sobre a destinação das reservas constantes dos balanços; c) Aprovação da correção da expressão monetária do Capital Social; d) Eleição da Diretoria; e) Aumento do Capital Social, mediante incorporação das reservas de Capital; f) Mudança de endereço da sede social; g) Alteração dos artigos 2º (Da Sede), 7º (Do Capital Social), 10º (Das Ações) e 27º (Prazo de Gestão da Diretoria); h) Outros assuntos do interesse social.

Brasília, 23 de agosto de 1988
WAYNE DO CARMO FARIA
Diretor Presidente
(Dias 26, 29 e 30)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Fica por este Edital, convocada a Assembléia Geral Extraordinária dos membros do Centro Latino de Altos Estudos — CLAE, de conformidade com o art. 13, Parágrafo Primeiro de seus Estatutos, registrado no 2º Ofício de Registro Civil de jurídicas, para tratar da seguinte ordem do dia:

A) Alteração dos Estatutos; B) Admissão e exclusão de sócios; C) Eleição do novo Conselho Diretor; D) Ratificação das deliberações da Assembléia Extraordinária de 19 de dezembro de 1987.

A Assembléia reunir-se-á na nova sede do Centro — Ed. Ceará s/ 1305 SCS, no dia 06.09.88 às 8:00 horas, hora da primeira convocação, e às 9:00 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes.

PAULO CEZAR TIMM
Presidente
(DAR — Cz$ 7.140,00)

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
CMP 11ª RM
COMISSÃO DE LICITAÇÃO REGIONAL
AVISO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS
Nº 40/88-CMP/11ª RM

1. O Presidente da Comissão de Licitação Regional, nomeado pelo Comandante Militar do Planalto e 11ª Região Militar, comunica que será realizada a Tomada de Preços de número acima, com abertura das propostas para o dia 20 de setembro de 1988, destinada à aquisição de gêneros alimentícios.

2. O Edital e outros esclarecimentos poderão ser obtidos das 08:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas na Comissão de Licitação Regional do CMP/11ª RM — Esplanada dos Ministérios — Bloco "O" — 4º andar — Brasília-DF.

Brasília-DF, 26 de agosto de 1988

HÉLIO SOBRINO MARQUES D'OLIVEIRA — Cel. Inf. QEMA
Presidente da Comissão de Licitação Regional
(Dias 29, 30 e 31)

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO — PTB/DF
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Comissão Executiva do Partido Trabalhista Brasileiro, PTB/DF convoca os filiados abaixo relacionados a comparecer à sede do Partido, à Sala 1201, do Edif. Engº Paulo Maurício, Setor Bancário Norte, no dia 31 de agosto corrente, das 17 às 20 horas, sob pena de serem enquadrados nos artigos 82 e 83, e suas alíneas, dos Estatutos do Partido: Gilson Cesário da Silveira, Sgualdo Chiarelly, Antonio Moreira, José Nicodemus Venâncio, Jorge Soares, Matuzalém Batista Ferreira, Manoel Messias Dias da Rocha, Antônio Carlos Péres, Rômulo Veras e Silvia Helena de Souza.

Brasília, 29 de agosto de 1988

JOSÉ PINTO DA ROCHA
Presidente em exercício
(DAR — Cz$ 8.670,00)